

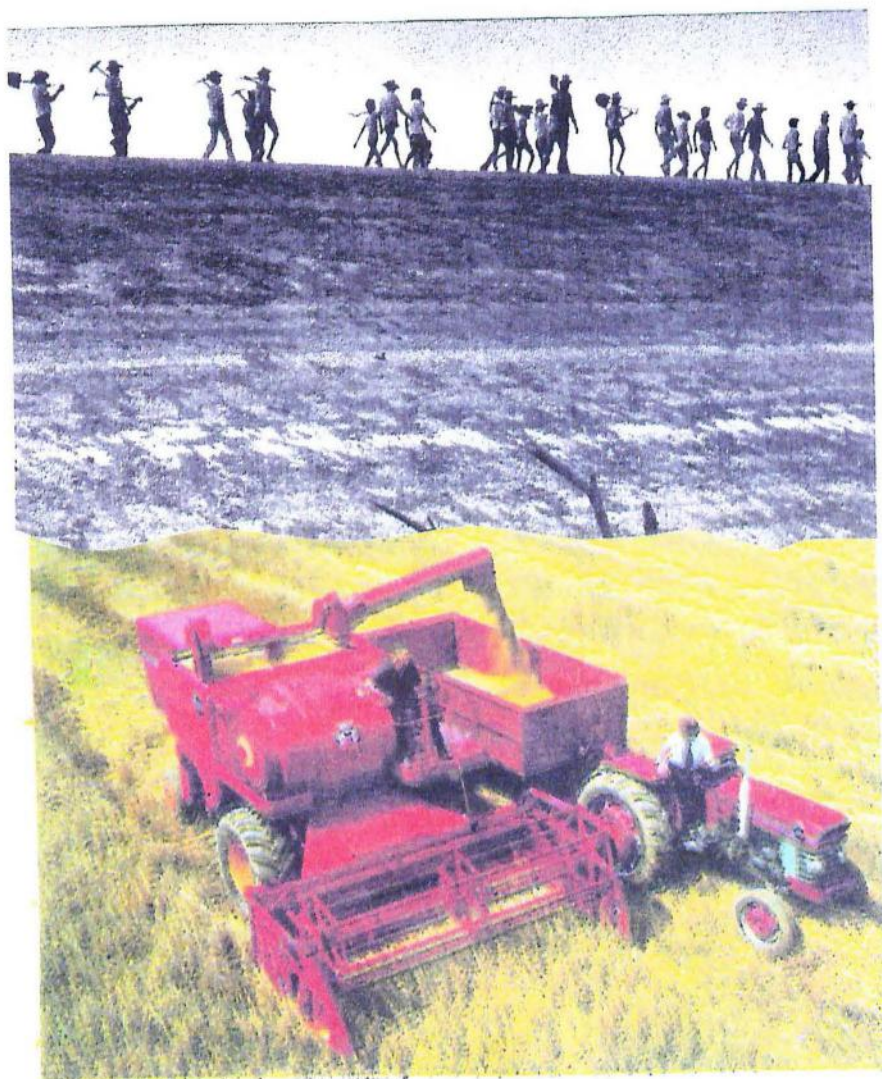
AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

A Inserção do Capital no Campo: industrialização e exclusão social, 1964-1979



Sheille Soares de Freitas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA CONIS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.
38400-000 - UBERLÂNDIA - M.G. - BRASIL

1507

S.9
(e)

Agradeço a Deus pela chance de viver esse momento, aos amigos que permeiam a minha história, e que muito contribuíram para a concretização desse trabalho. Em especial; às minhas amigas, Meiriele, Soraia, Maristela e Elizete, pelo companheirismo e força, a João Aurélio e Glauber pela presença e conforto, ao professor Wenceslau pela oportunidade de desenvolver este estudo, aos professores e funcionários dos cursos de História, e em particular às professoras Kátia e Heloísa pela dedicação e carinho.

Sumário

Introdução

Introdução.....	p.01
1.A Dinâmica da Estrutura Agrária Brasileira até 1979: o que mudou?.....	p.06
1.1. O Estado e a Modernização do Agro Nacional.....	p.32
1.2. A Reforma Agrária e seus Desencontros com a Política do Estado.....	p.39
1.3. Os Reflexos da Modernização do Campo na Região: um olhar sobre o Triângulo Mineiro.....	p.40
1.4. Os Problemas da Modernização Desigual.....	p.43
2. Considerações Finais.....	p.49
Bibliografia.....	p.52

Kaifia

- ① Revisita crítica na su > cidade/campo.
- Projeto História - PUC/SP
- C. Naves Toledo / 1964: Vinte e quatro anos de golpe —
- A plano do documento - Estado, agricultura e reforma agrária
- plano o A. Sampaio - Revisita de Sade - Reforma agrária de 1964
② - 4 questões dos fatos - con muito plano no argumento.
③ reflexos sobre o papel do Estado (conclusão).
- os trabalhadores ficam no segundo plano.
Exercícios:
- reflexão sobre Pro e Pos-64
- os trabalhadores - vai ou além do famam ?
- " " está no segundo plano ?
- relação do pro-64 e o lugar.

Introdução

Durante os nossos estudos objetivamos compreender a dinâmica da agricultura no país, visto que as mudanças pelas quais o campo passa tanto influem como são reflexos do caminhar da sociedade, seja no campo ou na cidade.

Podemos dizer então que a inserção de capital no setor rural a partir de meados da década de 1960 não foi um fator apenas de melhoria técnica - avanço tecnológico, incentivo à pesquisa, insumos modernos, etc. - como anunciava o governo, mas principalmente de agravamento dos problemas no setor rural pois, as políticas implementadas a partir de então, vão ter destino certo, ou seja, as grandes fazendas tornando-se empresas rurais atendendo ao mercado externo e à produção agroindustrial com isso, acarreta-se a pauperização do homem do campo, conflitos pela posse da terra, êxodo rural, marginalização do pequeno proprietário e trabalhador rural devido a impossibilidade de garantir seu lugar no mercado (tanto como comerciante, como também mão-de-obra), dentre outros.

Posto isso, temos como proposta discutir essas e outras questões sendo que o primeiro capítulo visa recuperar a conjuntura dos governos militares, analisando as políticas governamentais do período na modernização da agricultura ressaltando também, o papel do Estado como interventor direto na modernização do agro-nacional e quais as conseqüências geradas por essa intervenção procurando ao mesmo tempo analisar e confrontar essa análise ao posicionamento dos jornais pesquisados - *Correio de Uberlândia* e *Tribuna de Minas* - diante do tema..

Ao mesmo tempo ir cruzando essas políticas com a dinâmica de desenvolvimento da estrutura agrária brasileira e promover assim um estudo sobre como os jornais pesquisados - *Tribuna de Minas* e *Correio de Uberlândia* - e a bibliografia especializada,

como Sorj, Silva, Santos, Oliveira, Cunha¹ dentre outros, vão refletir o tema, retratando a problemática da reforma agrária e os desdobramentos do projeto de capitalização do campo.

Mediante isso, torna-se relevante discutir como esse processo influenciou os cerrados e, em particular, o Triângulo Mineiro, e como diante desse contexto podemos pensar o papel da região triangulina na modernização e o seu crescimento a partir da mesma.

E, por fim, fazemos uma avaliação sobre a modernização do setor rural e levantamos questionamentos sobre os danos, exclusões e desigualdades da mesma.

No segundo capítulo, propomos avaliar o trabalho aqui apresentado e também suscitar questões para que em discussões futuras possamos, nós e outros pesquisadores, direcionar e amadurecer novos trabalhos.

Faz-se necessário antes de mergulhar no tema em questão, nos referendar a utilização dos jornais locais – *Tribuna de Minas* e *Correio de Uberlândia* percebendo os cuidados e perigos em se trabalhar com a imprensa jornalística e contribuições para a reflexão sobre a temática.

Ao trabalhar com esse tipo de material temos que ter o cuidado de não ficar preso ao discurso e postura dos jornais, sabendo perceber em suas entrelinhas o peso dos valores e interesses que estão arraigados às matérias jornalísticas. Pois Melo nos chama a atenção para o papel dos meios de comunicação na sociedade dizendo que

“os meios de comunicação coletiva, através dos quais as mensagens jornalísticas penetram na sociedade, bem como os demais meios de reprodução simbólica, são ‘aparatos ideológicos’, funcionando, se não monoliticamente atrelados ao Estado... pelo menos atuando como uma

¹ SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980; SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa - Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982; SANTOS, José Vicente T. dos. “Efeitos Sociais da Modernização da Agricultura”. In: **HISTÓRIA & PERSPECTIVAS**, Uberlândia: UFU, n.º 10, jan./jun. 1994, p. 45-57; OLIVEIRA, Antônio Carlos. “O Partido dos Trabalhadores Frente à Questão Agrária”. In: Boletim da ABRA. **Reforma Agrária**. Campinas: ABRA, 11(4): 2-5, jul./ago. 1981 e CUNHA, Marcus. “A Reforma Agrária”. In: Boletim da ABRA. **Reforma Agrária**. Campinas: ABRA, 11(4): 6-13, jul./ago. 1981.

‘indústria de consciência’... influenciando pessoas, comovendo grupos, mobilizando comunidades, dentro das contradições que marcam a sociedade. São portanto veículos que se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias em que existem”².

Portanto, procurando não ignorar esses fatores, buscamos através da imprensa jornalística resgatar o cotidiano de representações e interesses que estão sendo discutidos e apresentados nos jornais do período e percebendo qual o lugar e postura dos mesmo com relação à temática privilegiada em nosso trabalho: a modernização do campo e em particular a reforma agrária.

A partir do contato estabelecido com a imprensa local no período militar analisado (1964-1979), podemos observar o grande apoio da mesma ao discurso e proposições governamentais. Mediante isso, fica justificado, em grande parte, a condição marginal das matérias referentes à questão da terra e à reforma agrária mais especificamente.

É claro, que a censura em muito contribuiu para impedir a discussão sobre a temática, porém em editoriais, artigos e análises políticas apresentadas no corpo dos jornais percebemos que para além do censor havia um certo comprometimento dos jornais em defender o regime militar³.

Portanto, consideramos a imprensa jornalística como uma representação de grupo e interesses bem definidos que expõe como quer e o que lhe convém, cabendo a nós leitores e usuários de suas matérias, saber conciliar suas colocações com o imaginário e proposta de opinião que ela pretende formar.

De acordo com Capelato, temos nos jornais uma grande fonte de pesquisa, todavia deve-se estar atento à proposta que o mesmo traz

“A leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das idéias que circulam na época. A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social. Grupos se aproximam e se distanciam segundo as conveniências do momento; seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados. Os conflitos desencadeados para a efetivação dos diferentes projetos se inserem numa luta mais ampla que perpassa a sociedade por inteiro. O confronto das falas, que exprimem idéias e práticas, permite ao pesquisador captar,

² MELO, José Marques de. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. p. 67.

³ “Governo quer ajudar o trabalhador”. **Correio de Uberlândia (CDU)**. 08/02/72, p. 08; “Para a Grandeza do Brasil”. **CDU**. 20/01/66, p. 06.

com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos”⁴.

Nesse sentido, a reforma agrária e vários outros pontos da problemática da terra (êxodo rural, conflitos de terra, etc.) quando são abordados, as matérias reforçam a postura do governo, mostrando os problemas porém com alternativas de resolução bem tradicionais e conservadoras⁵.

Justificativas, são várias, as enumeradas para a não alteração da estrutura fundiária, ou seja, por mais evidente que sejam as desigualdades e conflitos gerados pela má distribuição de recursos, terra, etc., não é viável transformar as relações que perpassam a sociedade.

Ao considerarmos campo e cidade como partes de um mesmo todo, que se interferem e também sofrem com as políticas e privilegiamentos que ocorrem, entendemos que a realidade social é sentida em todas as suas faces, isto é, se a modernização do setor rural trouxe tecnologia, melhoramentos do solo e da produção, dentre outros, propiciou também a ampliação do desequilíbrio existente entre as classes sociais, tanto no urbano quanto no rural⁶.

Dessa forma, remete-se a reorganização da estrutura fundiária para depois e procura-se “tampar” a instabilidade agrária com os programas regionais e ocupação de fronteiras que, na realidade, vão beneficiar a valorização de terras – como o cerrado, além de investimentos em agroindústrias e na inserção do capital das multinacionais, ou seja, o Estado continua a priorizar um grupo (latifundiários, empresariado ligado ao setor e multinacionais), em detrimento da maioria da população tanto campesina quanto urbana,

⁴ CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**, p. 34.

⁵ “Meios de incentivar a Reforma Agrária”. **Tribuna de Minas (TDM)**. 20/01/72, p. 06; “Incentivo a Colonização Particular”. **TDM**. 06/07/71, p. 06.

⁶ Uma reportagem interessante é a do Correio de Uberlândia que vai mostrar essa preocupação com o contingente populacional direcionado à cidade devido à modernização, acarretando problemas no campo e na cidade, “Opinião – Sociedade e Serviços”. 16/05/73, p. 02.

que depende do seu trabalho para sobreviver, diferentemente daqueles que estão “guardando” terra como especulação.

Brasil: Dinâmica da Estrutura Agrária Brasileira até 1979: o que mudou?

Para falar do setor rural, e em especial sobre as desigualdades do mesmo, partimos do pressuposto que o latifúndio não é e nem jamais foi exclusivo do nosso país, mas ao contrário, desde o momento em que nos tornamos colônia de Portugal prevaleceu em nossa estrutura fundiária as grandes propriedades.²

No início do período colonial com as sesmarias, grandes extensões de terra divididas aos colonos, firmadas na monocultura canieira. Avançando séculos, o latifúndio foi se firmando e representando um crescimento mais equitativo do país.

Com o advento da independência, em 1822, houve-se um aumento da atividade legislativa quanto que regulamentar a posse da terra, permitindo assim que alguns homens livres pudessem ocupar pequenas áreas de terras devolutas e que os senhores de sesmarias fossem obrigados a vender suas terras. Entretanto, vale ressaltar que esta atividade, na verdade, não atingiu a alterar a estrutura fundiária do país, de latifúndio monocultor, que dependia e partir de então com o cultivo de café. Foi com a Lei de terras de 1850, só se afirmou mais uma vez a restrição e concentração fundiária, já que as terras só poderiam ser vendidas em lotes parcelados, limitando o acesso a elite brancas.

O século XIX, é marcado por momentos históricos relevantes como a Independência, a Abolição da Escravidão e a República, mas não podemos dizer o mesmo se que tangue a distribuição da terra, esta permaneceu como um “negócio” limitado a poucos, e que mesmo com a libertação dos escravos, não significava a libertação da maioria da população.

1 - A Dinâmica da Estrutura Agrária Brasileira até 1979: o que mudou?

Para falar do setor rural, e em especial sobre as desigualdades do mesmo, partimos do pressuposto que o latifúndio não é e nem nunca foi exceção no nosso país, mas ao contrário, desde o momento em que nos tornamos colônia de Portugal prevaleceu em nossa estrutura fundiária as grandes propriedades⁷.

No início do período colonial eram as sesmarias, grandes extensões de terra divididas aos colonos, firmadas na monocultura escravista. Atravessando séculos, o latifúndio foi se firmando e emperrando um crescimento mais eqüitativo do país.

Com o advento da Independência, em 1822, teve-se um momento de ausência de legislação agrária que regulamentasse a posse da terra, permitindo assim que alguns homens livres passassem a ocupar pequenas áreas de terras devolutas o que ocorreu até fins da década de 1840. Entretanto, vale ressaltar que esta atividade, na verdade, não chegou a alterar a estrutura fundiária do país, de latifúndio monocultor, que despontava a partir de então com o cultivo de café. E com a Lei de terras de 1850, só se afirmava mais uma vez a restrição e concentração fundiária, já que as terras só poderiam ser vendidas em leilões públicos, limitando o acesso à elite brasileira.

O século XIX, é marcado por momentos históricos relevantes como a Independência, a Abolição da Escravatura e a República, mas não podemos dizer o mesmo no que tange à distribuição da terra, essa permanecia como um “negócio” limitado a poucos, e que mesmo com a libertação dos escravos, não significava a libertação da pobreza e exclusão.

Lei de 1850

Tendo-se a presença marcante da oligarquia cafeeira a partir da República observa-se um aumento no número de propriedades e proprietários, porém prevalece a constituição da grande propriedade a qual neste momento se utiliza principalmente de mão-de-obra imigrante e de homens livres nacionais, nascendo no país o trabalho assalariado.

Desde fins do séc. XIX a industrialização já se insere na economia do país, mais expressivamente a partir de 1930, onde se estabelece um novo ritmo de crescimento, priorizando a industrialização.

O processo industrial vai se processando durante as décadas de 1930, 40 e 50 e, junto a ele, a urbanização do país também cresce e é, nesse momento, que muitos analistas da situação econômica brasileira começam a teorizar sobre o papel da agricultura na economia, passando uns a “enxergar” a questão agrária como um entrave ao crescimento brasileiro⁸ e, a partir de então ter-se a necessidade de modernizá-la, procurando equipará-la ao crescimento urbano-industrial, e outros, vendo-a como um setor integrante da atividade econômica⁹, que complementa a economia brasileira (mesmo que em alguns momentos isso ocorra de forma contraditória, isto é, acabe prejudicando a atividade do seu próprio setor).

Faz-se importante estar pensando a estrutura agrária diante as políticas dos governos militares percebendo sua ações para a inserção de capital no campo, por exemplo, através de assistência creditícia, técnicas, maquinaria, pesquisas e muitos outros visto que para além de um mero papel no programa político a agricultura de 1964 a 1979 processa-se como um agente de fundamental importância para o equilíbrio econômico e

⁷ PINTO, Luís C. Guedes. “Reforma Agrária no Brasil: esboço de um balanço”. pp. 51-84.

⁸ Sobre a análise da agricultura como entrave conferir; FURTADO, Celso. **Dialética do Desenvolvimento**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964; como também GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁹ Com relação a funcionalidade da agricultura conferir, RANGEL, Ignácio. **A Questão Agrária Brasileira**. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962; DELFIM NETO, Antônio. “Nota Sobre Alguns Aspectos do Problema Agrário”. In: **Problemas Econômicos da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas/USP, Boletim nº 40, s.d., p. 1-73; PAIVA, Ruy Miller.

parceira indispensável à industrialização que se erigia no país desde início do século, mais precisamente pós-30.

Em finais da década de 1950 e início de 1960, intensifica-se o envolvimento popular frente aos problemas e questões mais significativas para o país. Dentre eles, se destaca o avanço da luta em defesa do setor rural, como por exemplo pela reforma agrária. Destacam-se as Ligas Camponesas, principalmente no nordeste que vão significar a preocupação e revolta dos camponeses com a situação na qual vivem pois nesse período o setor agrícola encontrava-se marginalizado na política governamental privilegiando-se a expansão e industrialização urbana, não havia maiores expectativas de produção e sobrevivência no meio rural sem uma transformação nas relações de trabalho e de produção (financiamentos, assistência técnica, política de auxílio ao trabalhador rural, além do que consideravam imprescindível: a reforma agrária).

O governo de João Goulart (1961-1964) vivia uma situação de instabilidade devido às pressões e disputas políticas em que estava inserido, chegou ao poder pela renúncia de Jânio Quadros, mas não conseguia legitimidade perante a elite, buscava então na população a força para se manter no poder. Com um caráter bem populista em seus discursos, João Goulart confirmava a realização de reformas de base, a efetivação da reforma agrária, etc. A inflação estava elevada, déficit na balança de pagamentos, dificuldade em reestabelecer acordos sobre a dívida externa, esses eram alguns dos pontos que deveriam ser sanados com o Plano Trienal, buscava-se assim, recuperar a economia, principalmente pelo esgotamento do modelo de substituição de importação. Sua política econômica não consegue tomar expressividade e mesmo que com relação ao campo o Plano tivesse propostas, pouco efetivamente seria promovido devido as dificuldades de implementação (apoio político-financeiro) e tomada do poder pelos militares.

Com relação ao agro, prevalecia a visão de que ela estava sendo um entrave à dinâmica industrial e de crescimento do país, para tanto o ministro Celso Furtado, vai elencar os pontos a serem atacados na agricultura para que ela de um problema passe a estimular o crescimento econômico.

“A atual estrutura agrária do País erige-se, assim, em grave empecilho à aceleração do desenvolvimento da economia nacional, impondo-se o seu ajustamento às exigências e necessidades de progresso da sociedade brasileira”¹⁰.

“Os três objetivos colocados no plano para o desenvolvimento do setor referem-se: à expansão da produção de alimentos, compatível com o estímulo da demanda; à correção de distorções e deficiências no setor de produtos de exportação; e à produção de matérias-primas par ao mercado interno”¹¹.

O governo reconhece a falta de crédito subsidiado pelo governo aos ruralistas, incentivo a pesquisa, incorporação de novas tecnologias, política de preços mínimos, etc. procura assim, trabalhar esses pontos de forma que o descompasso da agricultura com relação ao “progresso” do país seja sanado, a proposta de reforma agrária aparece no plano devido a constatação de que a estrutura agrária vigente precisa de ajuste para que impeça a aceleração da economia, uma discussão mais detalhada sobre a questão da terra e seus agravantes, pouco se menciona.

O Golpe de Estado em março de 1964 pelos militares vem como uma contenção dos avanços populares e também como garantia aos privilégios e poder da elite nacional, que vinham de um descontentamento com o governo João Goulart e tinham o interesse em retomar a frente do país; para tanto alianças foram feitas para que isso se concretizasse, elite brasileira, militares, capital estrangeiro.

Dizendo-se mediador da “crise”, o regime militar se instala trazendo a mudança para continuar igual, ou seja, sobe ao poder para garantir os interesses da elite, que se viu abalada pelos anos conturbados pelo qual o país vinha passando, grandes pressões

¹⁰ BRASIL. Presidência da República. **Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965** (síntese), p. 140 apud GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**. p. 124.

¹¹ GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**. p. 125, cf. Brasil. Presidência da República. Op. cit., p. 149-50.

populares, perigo de insurreições, e mais ainda se sentia ameaçada pelo próprio governo Goulart.

Mediante o golpe, o regime militar aliado também aos grupos internacionais promoveria no país um crescimento conservador e desigual, sendo essas forças econômicas externas um dos agentes de maior influência nos caminhos que a política brasileira irá seguir a partir de então, visto que grande parte do crescimento econômico alcançado neste período, deve-se à contração de empréstimos, conseqüente aumento da dívida externa e abertura do país à investimentos diretos de capital internacional (como vai se perceber no setor agroindustrial).

Vejamos algumas considerações sobre o período militar e suas metas:

“O sistema representa, em suma, a conciliação finalmente lograda entre os interesses dominantes. O novo termo destacava justamente a idéia de unidade entre elementos distintos, mas não em luta; partes diferenciadas de um mesmo todo, recompensadas de modo a funcionar em mútua colaboração. O advento do ‘sistema’ significava garantia de inserção no Estado para todas as frações das classes dominantes, fosse qual fosse, positiva ou negativa, sua contribuição para o processo de desenvolvimento nacional. O compromisso não excluía ninguém: ia do latifúndio às multinacionais, passando por todas as modalidades de exploração do homem pelo homem, desde as mais modernas até às mais retrógradas, incluindo as que são contrárias aos interesses da produção. O custo seria pago mediante o arrocho salarial, garantido pelo sindicalismo corporativista, a inflação e o endividamento interno e externo”¹².

Tem-se desde os anos 50 crescente expansão do sindicalismo dos trabalhadores rurais a qual prossegue durante os anos 70, mas que, como Santos¹³ nos lembra, o sindicalismo dos trabalhadores do campo vivia num dilema, de um lado a sua diversidade interna (trabalhadores, meeiros, arrendatários e outros) o que muitas vezes abalava o movimento como também de outro, a infiltração do Estado procurando minar as atividades sindicais. Porém o elemento unificador se fortalecia cada vez mais, que era a luta pela melhoria das condições de vida. As reivindicações sociais eram barradas pelo governo (pela repressão e perseguição aos líderes dos movimentos), mas não foram apagadas do círculo de discussões do setor.

¹² CRUZ, Sebastião C. Velasco e & MARTINS, Carlos E. “De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-História da ‘Abertura’”, p. 40.

¹³ Santos, José Vicente T. dos. “Efeitos Sociais da Modernização da Agricultura”, p. 50.

Nesse sentido, o sindicato dos trabalhadores rurais viviam em constante polêmica: ou servir “à representação dos interesses das classes subalternas rurais brasileiras ou reafirmar as estratégia de cooptação por clientela orquestrada pelo Estado”¹⁴.

Assim, podemos perceber que a ação do Estado está infiltrada em organizações sindicais dos trabalhadores rurais e em outros movimentos do setor, dificultando uma ação mais integrada dos mesmos para melhorias no campo e, como Cunha ressalta, mesmo nesse contexto, o sindicalismo conseguiu despertar a discussão a respeito da reforma agrária, que passou a ser tida como uma questão nacional e não apenas uma prioridade de um grupo.

“Ninguém mais, nenhum grupo, a partir daí, podia negar a existência de uma questão agrária no País. Aos poucos, os próprios argumentos anti-reformistas tiveram que ser alterados. Chegou-se a um momento em que nem mesmo as associações patronais podiam negar a necessidade de alguma reforma. Aqueles que até então evitavam mesmo usar a expressão reforma agrária passaram a utilizá-la, dar-lhe um significado mais acorde aos seus interesses”¹⁵.

E esta incorporação da reforma agrária à política governamental não se deu conforme a população rural esperava pois para ela a reforma agrária significava redistribuição de terra com garantia para a produção e vida digna e não simplesmente criação de leis, órgãos assistenciais e projetos de colonização¹⁶.

O Estado passa a utilizar o discurso dos que lhe pressionam, procurando dar uma nova roupagem às discussões e conter os avanços populares. E, diante desse contexto, tem-se, por exemplo, em outubro de 1962 a criação da Superintendência de Política Agrícola - SUPRA, a qual teve como objetivo formular uma política agrícola no país que promovesse a reforma agrária e os agentes necessários a esta. Porém, de forma tímida promoveu desapropriações, mas não encarou os conflitos pela posse da terra e nem abalou a estrutura fundiária brasileira

¹⁴ SANTOS, José Vicente T. dos. “Dominação e Modos de Organização Rural no Brasil”. In: REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, nº 34, fev. 1992, pp. 131-147 (cf. p. 136) apud SANTOS, José Vicente T. dos. “Efeitos Sociais da Modernização da Agricultura”, p. 50.

¹⁵ CUNHA, Marcus. “A Reforma Agrária”, p. 06.

Frente a isso, podemos lembrar a fundação da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - em 1963, demonstrando o empenho e interesse do homem do campo em lutar por uma vida mais digna¹⁷.

No ano de 1963 tem-se o Estatuto do Trabalhador Rural, que vai tratar das relações de trabalho no campo e trazer alguns benefícios aos trabalhadores rurais, embora limitados. No final desse mesmo ano e início de 1964 aumenta-se o envolvimento popular com a temática e o governo, em contrapartida, busca abrandar as discussões e tomar para si a “bandeira” pela luta em prol da reforma agrária.

Todavia, é importante dizer que, em sua grande maioria, as terras utilizadas pelo governo para assentamentos e colonização não são as de conflito e de condições irregulares, mas sim terras devolutas que não interferem na estrutura fundiária vigente¹⁸.

A política de abertura das fronteiras, carrega em si várias razões, tanto para a sua implementação como para seu fechamento. Ao analisarmos os propósitos da ocupação das fronteiras agrícolas, vemos que esses estão cheios de boas intenções: aumentar a produção de alimentos para o mercado interno, propiciar melhorias aos pequenos produtores e ao mesmo tempo, diminuir as tensões sociais e o êxodo rural (DIAS & CASTRO, 1986, p. 19).

Entretanto, o que observamos é a efetivação de uma política contraditória que pleiteia uma ocupação onde não se propicia os mecanismos necessários para que ela ocorra, conforme o “planejado”.

Assim, quando nos defrontamos com a prática realizada na expansão da fronteira agrícola dos anos 60/70 percebemos o quanto os projetos de colonização estão distantes

¹⁶ Sobre a insatisfação no meio rural nos anos 60/70 conferir as reportagens, “Trabalhadores querem Reforma Agrária”. CDU. 01/07/71, p. 06. E também “Homem do Campo”. TDM. 08/10/74, p. 03.

¹⁷ Sobre essa questão conferir, STEDILE, João Pedro & FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

¹⁸ Sobre essa discussão conferir as matérias jornalísticas, “Fronteira”. CDU. 25/07/74, p. 02, “Expansão da Fronteira”. CDU. 03/08/74, p. 02.

dos seus objetivos iniciais, pois o agricultor que se predispõe a essa política necessita de meios que garantam sua sobrevivência até obter resultados com sua produção, para isso é necessário capital, o que na maioria das vezes o pequeno agricultor não possui.

Dessa maneira, sem viabilização econômica suficiente para se manter até possuir um acúmulo de excedente estável, o agricultor terá a sua investida na fronteira agrícola fadada ao fracasso.

Mediante isso, a colonização se caracterizou por priorizar a obtenção de resultados imediatistas assim, mesmo que os pequenos agricultores consigam se inserir no processo – mantendo-se durante o período de investimento na produção – não conseguirão dar o retorno esperado de forma tão rápida, devido à sua escassez de recursos. Com isso, a proposta de colonização que inicialmente pretendia beneficiar os pequenos produtores e gerir uma política de desenvolvimento agrícola mais eqüitativa acaba impedindo a participação destes agricultores, visto que a necessidade imediata de resultados só será alcançada através de grandes investimentos, privilegiamento de culturas permanentes, formação de pastagens e gradeação mecânica, dessa maneira, fica evidente como nos mostra Dias e Castro¹⁹, a quem os projetos de expansão de fronteira (Amazônia, Mato Grosso, Região dos cerrados, etc.) estão sendo dirigidos (grandes empreendedores) e de quem está sendo mais uma vez tirado: o agricultor com dificuldades em se manter nos grandes centros de onde foi expropriado pela tecnologia e concorrência desigual.

Nesse sentido, Silva²⁰ mostra-nos que a fronteira teve grande papel para a expansão da produção do agro brasileiro porém, privilegiando uns em detrimento da maioria da população rural. Para ele, “a fronteira é simultaneamente condicionante e resultado da

¹⁹ DIAS, Guilherme L. da Silva & CASTRO, Manoel C. de. **A Colonização Oficial no Brasil: erros e acertos na fronteira agrícola**, pp. 23-24.

²⁰ SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa - Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil**, pp. 114-115.

nossa ‘modernização dolorosa’”, pois além de se inserir no projeto modernizador do campo pós-64, afirma a política excludente que o mesmo realizou no setor rural.

A fronteira agrícola é tida como um novo caminho para se “escapar” dos problemas fundiários, é como se estivesse produzindo mais terras, se afastando da realização de alterações na estrutura fundiária, como podemos ver na análise de Silva.

“Somos tentados até a dizer que a expansão da fronteira tem sido a garantia da perversa aliança entre a burguesia industrial e o latifúndio, num pacto político que, além de manter a estrutura agrária existente nas regiões de colonização mais antiga, impediu qualquer medida destinada a democratizar o acesso à posse da terra nas regiões mais novas. Quando a fronteira se ‘fecha’, acaba se tornando, ela mesma, uma região de conflitos pela posse da terra”²¹.

Pois a ilegalidade de ocupações feitas por grileiros²² (com documentação ilegal ou pela força se apoderam das terras expulsando os agricultores que lá estiverem, como a região de fronteira é distante dos grandes centros – Amazônica, por exemplo - na maioria das vezes impera a lei do mais forte) que vão estar impedindo que posseiros e pequenos agricultores que habitam a fronteira possam cultivar sua produção.

Nesse sentido, vale ressaltar que houve também um direcionamento dos investimentos não só para cultivo e grupos, mas para regiões, principalmente a partir de meados da década de 70. Visto que como ressalta Dias & Castro:

“a capacidade de atração de um volume adequado de investimentos especializados para certos produtos agrícolas é altamente dependente da possibilidade de se eliminar toda incerteza com respeito à viabilidade de uma eficiente infra-estrutura de comercialização e transporte. Esta condição é muito difícil de ser satisfeita em regiões distantes dos centros de consumo ou de exportação. Com efeito é a consciência dessa dificuldade que, nestes últimos anos, tem motivado a crescente procura de terras nos cerrados para a nova fronteira agrícola da soja e outras culturas anuais, cuja maior proximidade dos mercados e das malhas viárias já consolidadas parece justificar o elevado custo inicial da preparação e correção dos solos para a implantação de cultivos nessas áreas”²³.

Os cerrados, como pudemos observar passam a ser o novo pólo de investimentos deixando-se aquelas áreas mais distantes de colonização se não abandonas cheias de conflitos pela não regulamentação das terras, ou seja, o lugar “pensado” para sanar problemas sociais, agravou-os ainda mais.

²¹ Ibidem., p. 119.

²² Sobre os conflitos entre grileiros e posseiros conferir “Também no Paraná Posseiros e Grileiros”. CDU. 17/06/71, p. 03; “Grilagem em Rondônia”. TDM. 26/03/74, p. 04.

Em matérias dos jornais²⁴, o cerrado desponta com programas governamentais e subsídios, o que além de valorizar suas terras aponta investimentos de grupos empresariais tanto nacionais como internacionais.

Em suma, podemos dizer que a colonização seja oficial ou particular promoveu-se de forma discriminada, sem avaliar os agravamentos sociais que estaria incentivando, pois a partir do momento em que reduziu suas atividades à interesses imediatistas do capital, através de altos investimentos, estava dando-se o primeiro passo para o seu fracasso, visto que não desenvolveu um controle nessas regiões contra as atividades especulativas e ilegais, como também não conteve as tensões e sim tornou-se mais um foco de conflito e favorecimento de empreendimentos agroindustriais.

Durante este período a questão da reforma agrária se lança por toda a América Latina, havendo assim uma pressão que não permite ignorar a sua presença em meio às discussões do momento²⁵. Mas no Brasil a perspectiva sobre a reforma agrária nos anos 60/70 percorreu a seguinte idéia;

“a questão da reforma agrária foi várias vezes levantada, sofrendo no decorrer do tempo importantes modificações, sendo possível distinguir vários cortes. Em primeiro lugar, no período que vai de 1964 a 1969 - presidências dos marechais Castelo Branco e Costa e Silva -, as várias tentativas de avançar uma política de reforma agrária não chegam a se cristalizar em políticas efetivas. No segundo período, que se estende de 1970 a 1973, a proposta de uma reforma agrária é substituída por programas localizados, orientados a resolver o problema fundiário em localidades específicas, e, com um instrumental puramente técnico-administrativo. Finalmente, no período, que vai de 1973 a 1978, a preocupação com a distribuição de terras fica totalmente marginalizada...”²⁶

Os primeiros anos da ditadura militar com reformas e metas expansionista para o país, foram de poucos resultados para o setor rural, e com relação a reforma agrária tinha-se a criação do Estatuto da Terra²⁷, de novembro de 1964, um projeto longo que

²³ DIAS, Guilherme L. da Silva & CASTRO, Manoel C. de. Op. Cit. pp. 23-24.

²⁴ “Agricultura Regional”. CDU. 29/03/68, p. 01; “Cerrado será aproveitado”. TDM. 31/07/71, p. 01; “A vez do Cerrado”. CDU. 02/10/75, p. 04; “Recuperação do Cerrado”. TDM. 02/12/72, p. 06.

²⁵ Como por exemplo, a reportagem “Reforma Agrária no Chile”. TDM. 18/02/71, p. 02.

²⁶ SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*, p. 70. Conferir ainda, sobre esse assunto em MICHELOTO, Antônio Ricardo. “Movimentos Sociais de Trabalhadores do Campo no Triângulo Mineiro”. In: *História e Perspectivas*. Uberlândia: UFU. 2(2): 66-67, jan./jun., 1990.

²⁷ Cf. também em SORJ, Bernardo. Op. cit., p. 73, onde o autor expõe como o Estado promove uma legislação para o meio rural de forma a controlar o desenrolar da modernização do campo.

manifestava grande preocupação com os caminhos da modernização agrícola. O Estatuto, como Yokota ressalta, procura

“consolidar, num só documento legal, a regulamentação sobre posse e uso da terra rural, enfatizando a função social da propriedade fundiária e criando instrumentos para melhorar a ação governamental, nesse setor ... procurando facilitar o acesso à terra aos trabalhadores rurais, mediante a eliminação paulatina do latifúndio improdutivo e do minifúndio anti-econômico, sempre de forma democrática, através de justa indenização”²⁸.

Em reportagem do jornal Tribuna de Minas, um dos utilizados em nossos estudos, vemos que o Estatuto da Terra é tido como “destinado a promover uma melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de sua posse e uso atendendo-se aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade”²⁹.

E, a partir dele cria-se: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA, órgão destinado a promover e dinamizar as atividades para a execução da reforma agrária, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA, voltado para a política de desenvolvimento rural. De acordo com o projeto, dar-se-ia prioridade às atividades do IBRA, assim tinha-se a expectativa de que a reforma agrária fosse desencadeada já que era tida como o principal trabalho a ser realizado.

Porém, os problemas do agro nacional não estavam sendo sanados com o Estatuto da Terra, que na verdade estava sendo utilizado para “esvaziar” as discussões sobre a questão da terra, priorizando-se atividades do INDA, e contornando a questão fundiária. O Estado buscava modernizar o campo para equipará-lo ao crescimento e industrialização do meio urbano, não por estar interessado em promover a reforma agrária e propiciar maior estabilidade aos pequenos produtores e trabalhadores rurais e, sim, por defender interesses dos grandes proprietários e empresários da agroindústria que emergiam na sociedade como os maiores beneficiários do processo modernizador, pois além de se beneficiar como vendedores de insumos e tecnologia, eram compradores de produtos que industrializavam

²⁸ YOKOTA, Paulo. **Questão Fundiária Brasileira**, pp. 7-8.

²⁹ “Reforma Agrária”. **TDM**, 24/12/77, p. 21.

para comercializar, a política governamental era dirigida de forma a não interferir nos negócios da agroindústria de forma a prejudicá-la, mas sim privilegiando sua atividade e produção máquinas, adubos, etc.

A dúvida sobre o que o regime militar reservava à agricultura era algo constante e mesmo com a censura nos jornais um questionamento básico faz relevante

“Será possível que o governo revolucionário, surgindo para acabar com as negociatas e com as ladroeiras dos governos corruptos, consegue deter a carestia e pôr os gêneros alimentícios ao alcance das nossas bolsas, tão vazia para fazer face às despesas mais imprescindíveis?”³⁰.

O período militar vai se caracterizar por um momento em nossa história de intensa turbulência pois, por mais que a repressão e o controle tanto como censura como tortura predominassem a arte, os estudantes, os intelectuais se posicionavam contra o regime culminando em 68 com a guerrilha urbana, e isso demonstra que mesmo estando submetido a atos institucionais, como o AI 5, e a intolerância dos militares a resistência sempre se fez sentir na trajetória da ditadura. Não nos propomos aqui a discutir as fragilidades e contribuições desses confrontos, simplesmente mostrar que o regime militar não foi vivido de forma indiferente e passiva, mas com lutas e conflitos.

No campo a tecnologia, o capital chegava de forma não só a modernizar, mas a priorizar um “tipo de rural” (voltado para a exportação, de grande produtividade, com utilização de máquinas e insumos, etc) isso não foi vivenciado de forma pacífica, os expropriados (trabalhadores, meeiros, arrendatários, pequenos proprietários, dentre outros) mesmo que diversos em seu conjunto tinham uma causa em comum; a exclusão do processo de capitalização do campo e a perda de referencial, devido ao desenraizamento, o êxodo rural. O agrupamento em associações, sindicatos, e grupos foi algo constante e a CONTAG, foi o principal exemplo disso, nesse sentido vale dizer que se muito não foi mudado ao menos ignorado não foi.

³⁰ PAES, Lycídio. “Arroz, Xuxu, Etc.”. CDU. 28-29/05/64, p. 03.

O Plano de Ação Econômica do Governo, PAEG, 1964-1966, traz a preocupação de melhorar a distribuição de renda, acelerar a economia, corrigir o déficit da balança de pagamentos, conter a inflação e desníveis econômicos. Com relação a agricultura trazia aquela noção de entrave e retardatária do crescimento econômico, para tanto visava alterar o setor agrícola, de forma que esse pudesse dar a sua contribuição para o processo de desenvolvimento do país³¹.

Entretanto, as dificuldades de se efetivar o PAEG no agro devia-se a falta de tecnologia, dispersão das unidades produtivas, recursos e a ausência de preparo do próprio homem do campo, no sentido de lidar com novos métodos e técnicas³².

O plano não nega a necessidade de se dismantelar a estrutura latifundiária do país, todavia pouco vai estimular com relação a reforma agrária.

Já no governo Costa e Silva, 1968-1970, o Programa Estratégico de Desenvolvimento, elaborado pela equipe do ministro do planejamento Hélio Beltrão, vai se dirigir à agricultura com a preocupação de elevar a produção e produtividade agrícola, atuando com maior expressividade na política de produtos internos, incentivando a utilização de insumos modernos e disponibilizando crédito para que o projeto se efetive.

Nesse sentido, o que se pode notar nas políticas governamentais é um interesse na agricultura de forma que ela “cumpra o seu papel”, auxiliar o equilíbrio econômico do país, favorecer investimentos na indústria e o crescimento brasileiro. Fica claro assim, que questões direcionadas a uma reestruturação do campo por razões sociais (conflitos posseiros/grileiros, êxodo rural, concentração fundiária, etc.) estão em segundo plano.

Em Editorial do jornal Tribuna de Minas observamos que permeia a idéia de que os setores ligados à economia do país devem caminhar juntos, um beneficiando o outro; com

³¹ GONÇALVES NETO, Wenceslau. Op. cit., p. 127.

³² Por isso vai haver grande incentivo na implantação de escolas agrotécnicas, formação de mão de obra, e “dias de campo”, isto é órgãos de assistência técnica, como a Emater, promovem dias de formação e atualização de produtores com relação a tecnologias modernas.

isso notamos que a postura do jornal manifestada no editorial, dá ênfase ao discurso do governo: de integração dos setores para benefício da nação, justificando a necessidade de modernizar o campo. Sendo esse bem maior que é a nação, a base de sustentação do discurso e da dinâmica da política do governo militar

“Não há dúvida que o mundo parte para a industrialização e os países se tornam poderosos na medida em que se industrializam, mas sem que deixem ou menosprezem as atividades agrícolas que é a fonte da subsistência do cidadão. Os dois setores devem andar juntos. Mais, um deve ser auxiliar do outro, uma vez que é o setor agrícola que fornece ao homem aquilo que é indispensável para suprir as suas necessidades fundamentais, que é a própria sobrevivência”³³.

Como podemos ver, a questão agrária brasileira se firmará na desigualdade camuflada e privilegiamentos os quais vão acarretar: desestímulo aos pequenos produtores, miséria, êxodo rural e indignação por não se saber quando as leis (Estatuto da Terra por exemplo), os cadastros, os zoneamentos, os vários rótulos e caminhos da política agrária vão se tornar na prática a resolução da problemática da terra³⁴. Oliveira nos chama a atenção para perceber que “o Estatuto da Terra não bastou para impedir a generalização da miséria e o êxodo para os centros urbanos (...) também não criou nenhum obstáculo ao aburguesamento do latifúndio”³⁵.

E para além disso, o Estado com seus mecanismos de beneficiamento do campo propiciou muito mais melhorias às multinacionais e demais mercados de insumos agrícolas e produtos do setor, do que ao homem do campo que tirava da produção rural o seu sustento. Pois “a ampliação do mercado interno para a industrialização brasileira se fez, como em todo o mundo capitalista, pela proletarianização dos camponeses: através da sua expropriação como produtores independentes, convertendo-os em miseráveis ‘bóias-frias’”³⁶.

³³ “Editorial”. **TDM**, 30/11/77, p. 06.

³⁴ “Latifúndio”. **TDM**, 05/04/73, p. 09, “Financiamento Pequenos Produtores”. **CDU**, 04/07/74, p. 04; “A Política dos Pequenos Produtores”. **TDM**, 04/12/75, p. 05.

³⁵ OLIVEIRA, Antônio Carlos. “O Partido dos Trabalhadores Frente à Questão Agrária”, p. 02.

³⁶ SILVA, José G. da. “Estrutura Fundiária e Relações de Produção”. In: Op. cit., p. 63

No governo Médici, o país vive um momento de exceção com o plano Metas e Bases para a Ação do Governo, tem-se um salto na economia, crescimento altíssimo o que fortalecia o regime e camuflava o endividamento externo e desequilíbrio que viria a partir de 1973. Vale lembrar o “slogan” que simbolizava o Brasil, de que o destino do país era o progresso e a modernidade, e que pelo menos durante o Milagre Econômico serviu de justificativa às políticas governamentais:

“Um país forte, dinâmico, seguro, em paz consigo mesmo. Essa a fachada que o regime procurava exhibir, sobretudo para efeito de consumo interno. No exterior, ao mesmo tempo que combatia as sucessivas ‘campanhas de difamação levadas a efeito pela subversão internacional’, avançava argumento de outra natureza, incomparavelmente mais sólidos, mais persuasivos: ‘a ordem interna está garantida e melhores condições de lucratividade não há’³⁷.”

Para entender melhor a situação pela qual passava o Brasil, retomemos o “Milagre Econômico” ocorrido no governo Médici (1970-1973), sua proposta foi de favorecer o crescimento econômico do país a partir de reformas institucionais que viabilizassem a ampliação de recursos além de uma política de atração de investimentos internacionais, que na verdade foi muito mais, um favorecimento ao mercado estrangeiro, que passava por um momento de instabilidade de investimentos (liquidez internacional, mercado de origem saturado), que via na América Latina, e no nosso caso, Brasil, fontes de investimentos com retornos garantidos, já que a maioria dos recursos eram em empréstimos e não em investimentos de risco.

O I PND, Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), embalado pelo Milagre Econômico vai traçar como metas elevar o Brasil à categoria de um país desenvolvido, aumenta a renda per capita, expandir a economia com taxa de crescimento anual de ordem de 8 a 10%.

Não vê a agricultura como um entrave à economia, mas sim como um agente com necessidade de modernizar, inserir técnicas novas que estimulem programas de desenvolvimento regionais (POLOCENTRO, PROVÁRZEA, etc.) agroindústrias e novos

mecanismos de comercialização e produção agrícola, não se refere a problemática agrária de forma a promover reforma agrária, propõe-se a estimular o desenvolvimento do agro elegendo os seguintes pontos:

- “1) No sistema, já montado, de incentivos fiscais e financeiros ao aumento da produção, ao investimento, à comercialização e à transformação tecnológica no setor agrícola
- 2) na disseminação do uso de insumos modernos, de forma diversificada para o Centro-Sul e Nordeste, atentos os seus efeitos sobre a absorção da mão-de-obra
- 3) No programa, já em curso, de pesquisa agrícola em grande dimensão, a fim de obter, para os produtos básicos do Centro-Sul e do Nordeste, os resultados alcançados, por exemplo, no caso do trigo”³⁷.

Sendo uma política econômica calcada em empréstimos internacionais, favorecimento de empresas estrangeiras, arrocho salarial, etc, o “Milagre” alcançou um crescimento extraordinário da economia a curto prazo porém, trouxe à reboque o aumento significativo da dívida, instabilidade econômica, maior agravamento das questões sociais, não podendo evitar assim, a desaceleração na economia a qual, juntamente à crise internacional do petróleo (aumento do preço) iniciada em 1973, vai agravar-se ainda mais a desequilíbrio brasileiro.

Podemos perceber mais claramente como essa situação processou-se no país na análise dos jornais, portanto, mesmo que a análise dos jornais fosse voltada por todo o período que encobre 1964 a 1979 serão nos últimos anos que pelo fim da censura prévia à imprensa e à abertura política, que se tem uma divulgação maior de matérias jornalística que retratam a condição do país e as problemáticas sociais que se eclodem, no caso do setor rural, essencialmente o êxodo rural e desestímulo à pequena produção. Por isso de 1977 em diante temos mais claramente expresso os problemas e dificuldade da política de modernização do campo, porém, é claro que não deixando de ter o seu caráter conciliatório e discurso favorável às políticas governamentais.

“o Brasil está enfrentando uma conjuntura internacional muito ingrata, que lhe foi injustamente imposta e representada pela alta violenta dos artigos de importação, notadamente o petróleo, sem a correspondente elevação dos preços dos produtos de exportação brasileiros, desde os primários,

³⁷ Ibidem. p. 42.

³⁸ BRASIL. presidência da República. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972/74**. p. 24 apud GONÇALVES NETO, Wenceslau. Op. cit., p. 133.

como o minério de ferro, até os produtos agrícolas, com exceção do café, cujo preço está elevado mas que não temos para exportar.

Essa situação, ao que aduziu, cria um déficit considerável na nossa balança de pagamentos e na nossa balança comercial, com o crescimento considerável de nosso endividamento. Procurando enfrentá-la, o Governo, os homens de empresa nas várias áreas de atividade, lançaram-se a uma tarefa gigantesca visando a abertura de novas frentes para aumentar a produção, para o crescimento de nossas exportações e substituição das importações”³⁹.

Essa reportagem procura nos mostrar que as deficiências e dificuldades pelas quais o país estava passando deviam-se a um problema externo – aumento do petróleo pela OPEP, e não aos insucessos das políticas econômicas. A crise que se estabelecia, a partir de meados da década de 70, devido ao aumento da inflação, aumento dos juros da dívida externa e dificuldades do Estado em se manter inserido nas atividades sociais (financiamentos agrícolas, auxílios sociais, etc.), refletia em cobranças da sociedade para que se propiciasse melhorias e se apoiasse os investimentos, para o agro em especial se dirigiam: para a modernização do campo e das agroindústrias.⁴⁰

O governo Geisel (1974-1979) procurou superar a questão que afligia a economia elaborando, já no início da sua gestão, o II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND, que objetivava mudar as prioridades econômicas do país e, com isso, o Estado passaria a incentivar, por exemplo, os investimentos nas empresas de bens de capital em detrimento da indústria de bens de consumo duráveis, beneficiaria os bancos e agências oficiais, criaria projetos para o desenvolvimento das regiões mais desprovidas de recursos, promoveria avanços em programas alternativos de fontes de energia, garantiria o projeto de incentivo à agropecuária, dentre outros. Segundo Gonçalves Neto o II PND

“em muito se diferencia dos planos anteriores, a começar pelos objetivos em que recebe novo realce o problema do combalido balanço de pagamentos, e que estão assim apresentados: manter o crescimento acelerado dos últimos anos; reafirmar a política gradualista de contenção da inflação; manter relativo equilíbrio do balanço de pagamentos; realizar a política de melhoria da distribuição de renda; preservar a ordem social e política; realizar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida e devastação dos recursos naturais”⁴¹.

³⁹ “Situação Econômica e Política do País”. TDM, 15/01/77, p. 05.

⁴⁰ Em finais da década de 70, principalmente a partir de 1977, tem-se o soerguimento das forças reivindicatórias. As análises desde então, expressam com maior vigor o descompasso e desequilíbrio social inerente ao campo e à cidade.

⁴¹ GONÇALVES NETO, Wenceslau. Op. cit., p. 134.

Ao lado disso, podemos perceber que essa proposta política procurava, dentre outras ações, elevar o PIB e proteger o país de reflexos mais profundos da crise, ou seja, mesmo que o discurso do governo expressasse uma preocupação com a situação, essas medidas na prática, não conseguem se impor e gerar realmente soluções para o momento propiciando, assim, um maior agravamento dos problemas pelos quais o país passava.

Vale ressaltar que os vários planos governamentais, em sua maioria, apresentam em seu bojo, contradições que impedem a sua ação efetiva pois, propõe-se alterações e impossibilita-se sua implementação logo em seguida, ou seja, diz-se permitir e querer mudanças e transformações ao mesmo tempo que garante os privilégios e o tradicionalismo que excluem a maior parcela da população, defendendo as prerrogativas das elites, empresariado, etc.

Em relação ao agro nacional, isso fica claro com a proposta do Estado de expandir a ocupação de terras e modernizar as áreas incluídas em atividades significativas no mercado, procurando assim viabilizar o aumento das exportações e também beneficiar as indústrias ligadas ao setor rural, enquanto o projeto de reforma agrária vai sendo abandonado e substituído pela ocupação de fronteiras e formação de núcleos de colonização. Nos jornais, da década de 70 fica evidente a chamada para a exportação, colocando o setor agro-exportador como uma “válvula de escape” para a crise e instabilidade político-econômico-social. A proposta do governo para o agro baseava-se em um

“tríplice objetivo da estratégia governamental: responder às demandas do mercado de consumo interno; às necessidades de aumento das exportações; e fornecer estímulos à agroindústria. (...) política de uso da terra para fins agropecuários, esforço de modernizar e de dotar de bases empresariais o setor agropecuário, sobretudo no Centro-Sul; execução da reforma agrária e de programas de redistribuição de terra; estratégia de ocupação de novas áreas (Centro-Oeste, Amazônia, vales úmidos do Nordeste); etc.”⁴².

“O objetivo é levar a capacidade empresarial, que já se mostrou apta a desenvolver a indústria e outros setores urbanos, à atividade agropecuária nacional. Através da ampla disseminação da empresa rural – pequena, média e grande –, principalmente pelo apoio financeiro e fiscal do

⁴² Ibidem, p. 135

Governo, melhor se equacionarão problemas como o de induzir ao uso de projetos, de levar em conta os cálculos de rentabilidade e estímulos de preços, de empregar mais moderna tecnologia, considerando a relação entre preços de insumos e produtos”⁴³.

Ao final dos anos 70 a dívida externa era alta e um balanço do governo Geisel não permitia vislumbrar um fortalecimento do regime. Na realidade, mesmo tendo ações repressivas e autoritárias, as correntes de esquerda e centro-esquerda avançavam no âmbito político-social, como por exemplo, com movimentos, manifestações e reivindicações do campo que são retomados com vigor⁴⁴.

É importante destacar alguns órgãos da sociedade civil, como a Igreja Católica (principalmente com a Comissão Pastoral da Terra – CPT) e a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil que, junto a ações sindicais e pressões da imprensa, conseguiram estar questionando as políticas do regime militar a condição social.

O governo, pressionado tanto por populares como pelos agentes que o compõe (civis da elite e militares), vê-se desprovido de sustentação no poder, e em finais da década de 70 inicia o processo de descompressão lenta e gradual, o que levaria já em 1985 à democratização e retirada dos militares da presidência e direção da nação. Essa parecia a alternativa mais viável para garantir e sustentar a ordem e a política econômica do país e quem sabe conseguir reverter os quadros de insatisfação que nasciam fortes no seio da sociedade, esse seria mais um momento de mudança estratégica, para garantir a posição de grupos.

Mas, apesar de todas as turbulências na estrutura político-econômica brasileira, o setor rural procura manter seu processo de modernização. Mas, a partir do final da década de 1970, os desencontros e descontentamentos no campo começam a aflorar com maior

⁴³ BRASIL. Presidência da República. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. p. 28-9 apud GONÇALVES NETO, Wenceslau. Op. cit., p. 135.

⁴⁴ SALDANHA, Cezar. “Uma Gota de Política - O Ano Político de 1978”. CDU. 04/01/79, p. 02; CAMPOS, Antônio C. de Moura. “Greves: os perigos da radicalização. CDU. 26-27/05/79, p. 01.

força como se percebe em várias matérias dos jornais e estudos realizados⁴⁵. O que mais fortemente abalou a dinâmica rural foi o corte de subsídios e a falta de estímulo aos preços dos produtos agrícolas, e nesse momento aqueles que se beneficiaram com a política de inserção de capital no campo, sentiram o peso da dependência que têm do Estado, no sentido de viabilizar o processo agrícola e a manutenção do mesmo.

Geisel encerra seu mandato em meio à ascensão da pressão popular que, a partir de 1978, traz ao cenário do país greves de operários, manifestações de rua e uma luta mais constante contra as desigualdades sociais e o regime militar, além da própria organização no meio rural do primeiros grupos de sem terra, que mais tarde viriam a se colocar como forte pressão popular.

Para além disso, a própria divergência dentre os componentes da elite brasileira e militar, demonstravam o enfraquecimento do regime. Gonçalves Neto analisa essa questão percebendo que:

“na segunda metade da década de 70, o modelo político brasileiro carecia de sustentação. Digladiam-se no interior da aliança dominante tendências ‘continuistas’ e ‘mudancistas’ alimentadas, por um lado, pelo crescimento das dificuldades de se atender à ampla e variada gama de interesses conjugados no interior da composição. Vários setores começam a se sentir marginalizados e a companhia de diversos parceiros começa a se tornar incômoda: o regime sangra por dentro. Por outro lado, aumentam as pressões, perigosas do ponto de vista da estabilidade do regime, surgidas do descontentamento que se alastrou entre os setores populares: o regime é acicatado por fora”⁴⁶.

Nos jornais de 1978, por exemplo, percebemos a preocupação em dar-se novos rumos para o governo do país, procurando colocar essa missão nas mãos do novo presidente visto que a avaliação do Golpe de 1964 em seu aniversário de 1978 leva a acreditar que ela não garantiu até o momento bons frutos:

“Os que assumiram os destinos da Revolução, depois de 31 de março, não souberam aglutinar e manter unidas as forças vivas da nacionalidade que, naquele momento, haviam aflorado à consciência de todos...”

Um ordenamento democrático, feito apenas para satisfazer exigências formais, irá levar o país, em breve tempo, à uma situação igual ou pior à que antecedeu o movimento político de 1964. Repetir os mesmos erros é um contra-senso. Dai a importância de o futuro presidente romper os

⁴⁵ “CPI do Sistema Fundiário”. TDM. 25/03/77, p. 02; formação de grupos de sem-terra no sul, como o MASTER, que a partir da década de 80 originariam o MST.

⁴⁶ GONÇALVES NETO, Wenceslau. Op. cit., pp. 50-51.

anéis burocráticos e palacianos. É a única maneira de reencontrar-se com a Revolução e suas verdadeiras exigências políticas e morais”⁴⁷.

A colocação de CRIPPA em seu artigo deixa clara a dubialidade da imprensa: não se pode negar os contrasensos do regime, mas deve-se acreditar e apoiá-lo.

Em 1979, primeiro ano do governo Figueiredo encontramos grande discussão sobre as diretrizes da política governamental do mesmo, pois havia de garantir que o caminho para a abertura dar-se-ia sem conflitos sociais e sem grandes perdas para os grupos hegemônicos.

As questões que vão permear as matérias jornalísticas deste ano serão a respeito das prioridades governamentais, a reafirmação de que a reforma agrária não se faz necessária, mas que problemas como o êxodo rural devem ser contidos. Por parte dessa imprensa tem-se um discurso de total apoio às decisões e colocações advindas do Estado como se percebe a seguir:

“não se pode esperar do próximo governo, em termos globais, uma política de desenvolvimento rural preconizada pelos sociólogos mais radicais: uma reforma agrária ampla e compreensiva, cooperativas de produção, utilização intensiva de mão-de-obra. Com efeito, um projeto de desenvolvimento rural nesses termos, se válido a países onde a maior parte da população vive nas áreas rurais, é de discutível eficácia em um país como o nosso (...)

o que o próximo governo quer dizer com política de desenvolvimento agro-pecuário e, ao que tudo indica uma correção parcial da ‘distorção urbana’, acoplada de um projeto de modernização agrícola, mediante a utilização de produtos exportáveis”⁴⁸.

Sorj também avalia a passagem do governo Médici para o governo Geisel percebendo quais são as alterações com relação à agricultura que se processam. Nesse sentido, podemos observar que tem-se grande preocupação durante o governo Geisel em: acabar com os minifúndios, considerados como causadores do problema fundiário, como também criar propriedades com a extensão mínima necessária para desenvolver uma agricultura capitalizada⁴⁹.

Podemos avaliar que muito do que se disse ou se criou enquanto lei para o setor rural não se tornou uma prática, pelo menos no que diz respeito à finalidade para a qual

⁴⁷ CRIPPA, Adolpho. “Uma Gota de Política: O Processo Revolucionário”. CDU. 14/03/78, p. 05.

foram criados, isto é, reestruturar o campo, promover a reforma agrária no país, melhorar as condições de vida, etc. pois, mesmo não negando o avanço e contribuição do capital ao setor rural (pesquisa, melhoramento de sementes, insumos modernos, etc), o que se questiona é para quem se direcionou e os reflexos desse privilegiamento na sociedade brasileira.

Em finais dos anos 70 os jornais começam a trazer avaliações sobre o projeto modernizador do campo, e em 78, por exemplo, ressalta-se a necessidade de haver uma política voltada para os pequenos e médios produtores que não fazem parte e não são beneficiados pela modernização. Essa questão mostra-nos o quanto é perceptível que a política agrícola vigente exclui e impossibilita a manutenção da pequena propriedade de subsistência e de culturas de consumo interno pois estas, não conseguem competir e se inserirem no mercado, além de não disporem das tecnologias e máquinas dos grandes latifúndios⁵⁰.

Além disso, podemos notar que esse tipo de discussão já não consegue ser contida pela imprensa, análises e críticas do projeto modernizador são constantes por exemplo em 1977 nos jornais locais

“Apesar dos esforços do Governo no sentido de fortalecer a economia baseada na revitalização das fontes de produção em especial a agricultura, o deputado Raul Bernardo, observa que lamentavelmente reconhece a existência de um desencontro entre o que se pretende e o que se realizou.

Particularmente, isso se constata quanto ao problema fundiário, cujos mecanismos postos em campo para viabilizar soluções não vem produzindo resultados desejados. Também os órgãos da área do Ministério da Agricultura – INIC, SUPRA, IBRA e INCRA estão longe de satisfazer a uma política agrária realista e permanecem verdadeiramente emperrados por uma incompreensível burocracia”⁵¹.

O INCRA, órgão governamental formado em 1970 a partir da fusão do INDA e do IBRA, será utilizado por nós, como exemplo, para que percebamos através de sua atuação a não efetivação das propostas políticas, vendo que o que vai prevalecer são os interesses

⁴⁸ SALDANHA, Cezar. “Uma Gota de Política – A Estratégia do 5º Governo”. CDU. 07/02/79, p. 07

⁴⁹ SORJ, Bernardo. Op. cit., p. 71.

⁵⁰ Cf. em “Técnicos defendem adoção de uma nova tecnologia agrícola para o Brasil”, CDU, 13/01/78, p. 04.

da agroindústria e dos grandes proprietários, isto é, afastando-se da concretização da reforma agrária e agravando as desigualdades no campo.

Durante os anos 70, as atividades do INCRA foram cheias de erros e fracassos. Percebemos através das reportagens que o órgão desenvolveu uma mudança nas suas ações, promovendo muito mais programas assistenciais do que contribuindo para a resolução dos conflitos pela posse da terra⁵². E, nos escassos momentos em que o INCRA se propôs a implementar a reforma agrária, isto ocorreu em regiões isoladas, sem acompanhamento assistencial necessário, isto é, capacitação dos agricultores, crédito subsidiado, assistência técnica, etc.⁵³ que são de suma importância para que a reforma agrária se efetive.

“A questão agrária no Brasil polarizou grande parte dos debates das chamadas ‘reformas de base’ ou ‘reforma das estruturas’ no início da década de 1960. Argumentava-se então que a estrutura agrária brasileira, baseada no latifúndio improdutivo, era um empecilho ao desenvolvimento econômico. Devia, portanto, ser alterada para que o crescimento econômico do país não estagnasse, como prenunciava a crise de 1961-66. O aparente sucesso das altas taxas de crescimento no período 1967-72 relegou o problema a um plano secundário, sob a argumentação simplista de que ‘se tivesse sido necessária uma alteração na estrutura agrária, ela teria sido feita’. E mais, como aparentemente havia sido encontrada uma saída feliz, o problema já não mais se colocava... se a reforma agrária fosse necessária ao desenvolvimento capitalista, a estrutura de poder da sociedade não teria sido capaz de barrar o processo”⁵⁴.

Mas, como já mencionamos, para a efetivação da reforma agrária, é necessário que se dê condições de produção, de expansão do projeto e assistência técnica; que se busque mais que uma reforma fundiária e se promova a produção familiar e políticas agrárias de apoio, como atividades cooperativistas, procurando-se também estar atento à realidade na qual o setor rural está inserido.

Em finais da década de 70, Guedes Pinto nos lembra que mesmo com a criação de órgãos e legislação a reforma agrária “não encontrou um suporte político suficiente que

⁵¹ “Problema Fundiário”. **TDM**. 08/04/78, p. 08.

⁵² “Cooperativismo no País”. **TDM**, 29/06/77, p. 03.

⁵³ Cf. ainda CUNHA, Marcus. Op. cit., p. 10.

⁵⁴ SILVA, José G. da. “A Questão Agrária no Brasil”. In: Op. cit., pp. 41-42.

permitisse, além da aprovação de atos de natureza formal (leis, decretos e outros tipos de decisões normativas) e declarações de intenções, a sua efetiva implementação”⁵⁵.

Dessa forma, no período de modernização do campo não se vê redistribuição significativa das propriedades de terra no Brasil, e sim um estímulo das políticas governamentais à expansão da grande propriedade, produção para exportação, aumento da produtividade, dentre outros que foram beneficiados pela expansão da fronteira e expropriação do homem do campo, como o setor agroindustrial.

Não queremos aqui fazer campanha para a expropriação de todas as terras e dividi-las ao povo, buscamos além de questionar, mostrar que o direito à vida digna deve ser mantido e respeitado, e não se estabelecer uma luta de selvagens pois, além dos privilegiados por essa política excluírem a grande maioria (que busca apenas o que lhe é de direito) esses, articulam dia-a-dia formas e mecanismos de maior particularização dos bens públicos, e dentre eles a terra.

Em fins da década de 1970, as elites vão se confrontar com famílias de posseiros, arrendatários, parceiros e pequenos proprietários lutando pelo direito à terra e nas cidades, sentir as turbulências com as greves, organizações sindicais e grupos de liderança. Os problemas e reflexos da modernização rural começam a serem sentidos com maior expressividade nos últimos anos da década. E, para além dos confrontos percebemos críticas ao projeto modernizador como do presidente do INCRA de 1977, Lourenço Vieira da Silva, onde observamos que ele viu como problemas fundiários:

“a superposição de títulos, disputa entre posseiros e grileiros, proprietários e invasores... apontou ainda como causadores desses problemas fatores como fluxos migratórios para áreas de expansão de fronteiras agrícolas, titulação indevida nos estados, fraude cartorária, imprecisão de dados nos documentos e outras questões”⁵⁶.

E, são esses problemas dentre outros, que vão propiciar a inquietação e as manifestações em relação à questão fundiária, organização social, etc., demonstrando a

⁵⁵ PINTO, Luís Carlos Guedes. “Reforma Agrária no Brasil: esboço de um balanço”, p. 65.

fragilidade dos órgãos, governamentais ou não, por não resolverem e nem mesmo amenizarem a problemática agrária e urbana.

Durante os anos 70 são incentivados por parte do governo programas de desenvolvimento regional tidos como a superação dos problemas setoriais do país. Na realidade, iriam substituir futuros programas de reforma agrária os quais, tinham percentuais irrisórios frente aos dos núcleos de colonização e dos programas regionais como por exemplo, Programa de Aproveitamento Racional de Várzeas - PROVÁRZEA⁵⁷, Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba - PADAP, Programa Nacional de Agricultura - PNA, Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO e muitos outros, que muitas vezes não atingiram metas para além dos interesses da aristocracia rural ou nem mesmo saíram do papel, servindo apenas para desviar a atenção da implementação da reforma agrária e financiar empreendimentos das grandes propriedades e agroindústrias, valorizando terras e fornecendo-lhes tecnologia necessária.

Mediante os levantamentos realizados, notamos que os jornais *Tribuna de Minas* e *Correio de Uberlândia* abordam, principalmente, os programas POLOCENTRO, PADAP, Programa da Região Geo-econômica de Brasília e PROVARZEA, destacando as atividades desenvolvidas e as metas que pretendem efetivar na maioria das vezes, não mencionam no entanto, os conflitos do campo e nem o êxodo rural, mas enfatizam a valorização dos cerrados e as parcerias nacionais/internacionais⁵⁸ para a exploração dos mesmos, como podemos perceber em algumas das matérias:

“Companhia de Promoção Agrícola (CPA), empreendimento formado por capitais nacionais e japoneses.

Criada para desenvolver projetos agrícolas na área de influência do POLOCENTRO, a CPA deverá promover a produção de arroz, milho, soja, trigo, café e sorgo, a fim de contribuir para o abastecimento interno mais eficiente além de realizar experimentos em reflorestamento. A CPA contribuirá de maneira significativa para a conquista dessa região brasileira coberta, a nível

⁵⁶ “Problemas Fundiários”. **TDM**, 14/10/77, p. 01

⁵⁷ Criado em 1974 pela Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais, o PROVÁRZEA, principalmente na região do Triângulo Mineiro será fortemente estimulado visando a expansão das fronteiras agrícolas, o aumento da produtividade em várzeas irrigáveis e maior aproveitamento de solos férteis.

⁵⁸ “Opinião – Investimentos Estrangeiros”. **CDU**. 21/02/73, p. 02; “Missão Japonesa”. **CDU**. 09/10/75, p. 01.

nacional, por nada menos que 1 milhão 829 mil Km² de terras sob cerrados, significando 21,4 por cento de todo o território brasileiro. (...) O interesse do Governo Federal revela que a criação da CPA transcende a fase de mero experimento agrícola, devendo alcançar o estágio de transformação radical nos meios tradicionais de produção”⁵⁹.

Os programas regionais de desenvolvimento agrícola envolviam vários setores ligados à economia do país, os quais atuam na execução dos programas através de convênios, no caso de Minas Gerais: Emater, Ruralminas, Banco do Brasil, BDMG, etc. Dessa maneira, fica evidente que a inclusão de empresários, cooperativas, órgãos governamentais não só permite a efetivação dos programas como também benefícios aos mesmos, seja direta ou indiretamente e isso faz com que se tenha um maior número de programas e de investimentos⁶⁰.

O POLOCENTRO foi um dos programas mais destacados pelos jornais. Essa predominância do programa entre as notícias deve-se principalmente por incluir entre as cidades beneficiárias Uberlândia. O programa promove: o aumento no número de silos e armazéns, a construção de estradas interligando os pólos de produção aos centros de comercialização, o crescimento das cidades que compõem o programa e, principalmente: a maior valorização dos cerrados e privilegiamento dos interesses das agroindústrias⁶¹.

Dentre as políticas que se inserem na discussão sobre a problemática da terra temos o Imposto Territorial Rural - ITR- que merece ser destacado devido a sua relevância (mesmo que apenas teórica) para a proposta de desconcentração fundiária. O ITR,

“é registrado na história financeira como um dos mais antigos tributos, mas no Brasil o imposto somente foi instituído com o advento da República, e mesmo assim, nos Estados mais desenvolvidos da Federação. Contudo, foi a constituição de 1946 que outorgou aos Estados a competência para decretar impostos sobre a propriedade territorial exceto a urbana. Pouco depois, a Emenda Constitucional n.º 05, de 21 de novembro de 1961, transferiu o Imposto Territorial Rural aos municípios de cuja competência os retirou o artigo 1º da Emenda Constitucional n.º 10, de 9 de novembro de 1964, para entregá-lo à União. Dessa forma, o tributo arrecadado com a cobrança do ITR se destinaria aos municípios onde estivessem localizados os imóveis sobre os quais incidisse a tributação.

O Estatuto da Terra é ainda o instrumento que estabelece as normas gerais para a fixação do Imposto Territorial Rural, através dos critérios de progressividade e regressividade, levando-se em

⁵⁹ “Cerrados de Minas Transformados em Áreas de Produção Agropecuária”. CDU, 17-18/02/79, p. 06

⁶⁰ “Implantação de Novos Programas”. TDM, 16/03/78, p. 01.

⁶¹ Sobre a função dos programas regionais e a ação do POLOCENTRO ver SORJ, Bernardo. Op. cit., pp. 139-140 e também a reportagem “Polocentro uma realidade na recuperação dos cerrados”, CDU, 20/01/78, p. 07.

conta os seguintes fatores: os valores da terra e das benfeitorias do imóvel; a área e dimensões do imóvel e das glebas de diferentes usos (assim é que, de acordo com a Constituição em vigor, ficam imunes da cobrança do ITR os proprietários de glebas excedentes a 25 hectares, quando as cultiva, só ou com a família, o proprietário que não possua outro imóvel); a situação do imóvel em relação à natureza e condições das vias de acesso e respectivas distâncias dos centros demográficos mais próximos com a respectiva população; a natureza da posse e as condições de contratos de arrendatários, parceiros e assalariados; a área total agricultável do conjunto de imóveis rurais de um mesmo proprietário no país”⁶⁰.

Porém, ele não atingiu o propósito para o qual foi criado, que era de ser uma política fundiária influente que visava uma tributação progressiva das propriedades rurais para que assim fosse um instrumento para a implantação da reforma agrária e para um melhor aproveitamento da terra⁶¹.

Os jornais de 1977 colocam o ITR como um tributo favorável à distribuição de terra. E, dentre as ações efetivadas para se chegar a esse propósito, destaca-se a modificação na cobrança do ITR pelo INCRA procurando facilitar o pagamento do mesmo⁶².

Mas, ao contrário do que se esperava, o ITR contribuiu para o crescimento da concentração da propriedade devido ao baixo valor da terra nua (VTN) e a freqüente evasão fiscal dos grandes proprietários que conseguiam escapar dos impostos fazendo com que as pequenas propriedades fossem as mais prejudicadas⁶³.

1.1 - O Estado e a Modernização do Agro Nacional

As décadas de 1960 e 1970 foram períodos de amplo crescimento no país, contando com grande envolvimento do Estado para que esse desenvolvimento acelerado

⁶⁰ “Política Fundiária”. TDM, 20/05/77, p. 04.

⁶¹ Ibidem, p. 04.

⁶² “Política Fundiária”. TDM, 20/05/77, p. 04.

⁶³ Cf. ainda sobre o imposto rural: SILVA, José G. da. “O Novo Imposto e o Velho Poder dos Proprietários Rurais”. In: Op. cit., pp. 177-184.

prosseguisse. Silva retrata esta discussão mostrando como a inserção do capital no campo é impulsionada e privilegiada pelo Estado⁶⁶.

Neste processo o Estado era interventor de grande relevância, tornando o crescimento e modernização do campo dependentes da atuação e incentivos governamentais (créditos, assistência técnica, insumos, pesquisa e outros), o que de certa maneira vai se traduzir numa modernização conservadora e desigual onde os grandes beneficiários são os que possuem as maiores propriedades e os empresários ligados ao setor rural.

Segundo Sorj, o Estado exercia o papel de mediador das relações entre os interesses dos produtores rurais e a agroindústria, estabelecendo preços mínimos para os produtos agrícolas e controlando a distribuição dos mesmos, para evitar que a agroindústria impusesse totalmente o controle da produção⁶⁷.

Entretanto, numa avaliação dessa política podemos observar o descontentamento dos produtores com relação a mesma⁶⁸, como por exemplo na reportagem do jornal *Correio de Uberlândia*:

“as drásticas flutuações de preços tornam a agricultura indefesa, enquanto a política de preços mínimos garante no máximo o retorno do investimento no caso de situação caótica... a política de preços mínimos não assegura lucros e não absorve os custos adicionais, o que significa... a perda total do objetivo da atividade agrícola...”⁶⁹.

Percebemos que essa relação Estado-agricultura também perpassa as discussões feitas pelos jornais, como por exemplo o pronunciamento do ex-presidente do Sindicato Rural de Teófilo Otoni que vai discutir a dependência da agricultura:

“A agricultura em relação à intervenção estatal na economia vive uma contradição básica: não pode sobreviver sem esta intervenção, representada por financiamentos e créditos a preços baixos, mas sofre com outro tipo de influência oficial na forma da fixação dos preços e tabelamentos para os produtos agrícolas”⁷⁰.

⁶⁶ SILVA, José G. da. “A Questão Agrária no Brasil”. In: Op. cit., p. 39 e também na mesma obra: “Estrutura Fundiária e Relações de Produção”, p. 45 e “A Propósito da Expansão da Agricultura Paulista”, p. 87.

⁶⁷ SORJ, Bernardo. Op. cit., p. 66.

⁶⁸ “Inclusão do Homem do Campo”. **TDM**. 04/09/73, p. 08.

⁶⁹ “Preços Estáveis para a Agricultura”. **CDU**, 2-3/12/78, p. 02.

⁷⁰ “Sob Controle”. **TDM**, 29/11/77, p. 03.

Ao lado disso Cunha lembra-nos de outras interferências que influíram nas direções tomadas pelo setor rural:

“foram introduzidas transformações de importância no conjunto da economia brasileira as quais repercutiram direta ou indiretamente na Agricultura. Destacamos as seguintes: maior abertura da economia para o exterior; a concentração de renda; a aceleração do desenvolvimento industrial, a reformulação do sistema financeiro e os estímulos à concentração do capital. Todas estas transformações foram acompanhadas da formação e expansão de conglomerados na economia brasileira e da associação entre os interesses dos grupos instalados nos diferentes setores da economia: agricultura, indústria, comércio e finanças. ... a aliança de interesses veio definir as regras do jogo que deram sustentação política à estrutura de poder”⁷¹.

Nesse sentido, torna-se relevante destacar o papel do Estado a partir de 1964, particularmente analisando a questão do incentivo à penetração do capital no campo que, para BAIARDI (1982, pp. 9-10), se dá com um pacto onde

“o Estado aparece nitidamente como um comitê executivo de uma classe, colocando os interesses dessa classe acima dos interesses das demais, sem hesitações. Diferentemente do setor urbano-industrial onde o Estado através da justiça e através dos aparelhos voltados para a promoção econômica e social, tem-se permitido a defesa de outros segmentos da sociedade e eventual e localizadamente pode até contrariar interesses menores do capital monopolista, no meio rural, onde os segmentos críticos da sociedade civil não alcançam influir, prevalecem sempre e em quaisquer situações os interesses do capital monopolista. A ineficiência da justiça, a impunidade da ‘grilagem’, os massacres conduzidos por policiais ... e a inoperância do INCRA, por exemplo são evidências sobrejamente conhecidas de complacência do Estado... o que se vê é todo um arcabouço de política agrícola voltada para a produção capitalista mormente a grande produção”⁷².

Partindo dessa abordagem podemos ver que a modernização do agricultura possuía objetivos limitados. Era um modelo que, como Dalchiavon diz, não passa de uma cópia mal feita dos países capitalistas, visando atender ao mercado de consumo de insumos industriais ofertados pelas empresas multinacionais, acarretando grandes prejuízos sociais, já que era uma modernização que privilegiava alguns grupos ligados ao setor rural e não a agricultura no seu todo⁷³.

Vemos aqui uma das respostas ao porquê insistir num mecanismo excludente e na verdade não se ter interesse e força para se desvincular dessa estrutura já que a gama de

⁷¹ CUNHA, Marcus. Op. cit., pp. 11-12.

⁷² BAIARDI, Amílcar. “A Penetração do Capitalismo na Agricultura e a Reforma Agrária”, p. 9-10.

⁷³ Cf. DALCHIAVON, Francisco. “Problemas Agrários e a Proposta do MST de Reforma Agrária”, p. 112.

privilégios dos envolvidos no sistema de capitalização do campo prevalecem sobre a miséria e expulsão do homem rural⁷⁴. Ao lado disso, também é importante destacar que,

“o processo de modernização da agricultura, iniciado na década de 60 não gerou resultados homogêneos: criou-se uma estrutura de produção agrícola dicotômica, com diferenças profundas na estrutura de produção das propriedades e culturas. A diferença amplia-se entre as propriedades e culturas que se inseriram neste padrão de industrialização compulsório da agricultura e aquelas que não puderam se inserir e ficaram à margem. Esta diferenciação aconteceu porque só tiveram acesso ao crédito as grandes propriedades produtoras de determinadas culturas consideradas importantes para o modelo, isto é, consumidoras de insumos industriais. Os pequenos produtores, em pequenas propriedades e menos capitalizados, que ocupavam terras menos férteis ou mais afastadas dos centros tradicionais e mão-de-obra familiar ficaram à margem”⁷⁵.

“A intensa modernização da produção agrícola no Brasil foi determinada (...) pela indústria que viu a Agricultura **como mercado** para a produção de máquinas, implementos, defensivos e fertilizantes, de um lado, e **como fornecedora** do complexo agro-industrial de processamento de alimentos e matérias-primas, de outro. Desnecessário dizer que estas indústrias, situadas a montante e à juzante (sic) da produção agrícola estão nas mãos de multinacionais e o que isto vem significando para o setor. Portanto, tratou-se de um processo induzido de fora para dentro, sob pressão externa e o que foi mais danoso, não levou em conta a disponibilidade e o custo dos fatores produtivos já existentes na Agricultura. Para que o processo desse resultado foi necessária, ainda, a presença do Estado como agente fundamental e indispensável na sua viabilização, através do crédito rural, este tido como o carro-chefe de todos os mecanismos postos em prática para a sua consecução”⁷⁶.

O governo procura formas de contornar o problema e acaba agravando-o ainda mais. As ilegalidades que compõe o cenário rural aumentam, comprometendo a redistribuição das terras e a garantia de uma vida digna ao homem do campo pois a especulação de terras tornou-se uma prática rentável que envolve grandes personalidades as quais, o governo finge não conhecer e insiste em não incomodar, garantindo assim, a corrupção e a marginalização daquele homem do campo que não faz parte do grupo latifundiário.

A terra usada como uma reserva de valor, reveste-se de apoio governamental à especulação e às vezes até usufrui dos créditos subsidiados, vendo-se dessa forma, o quanto é complicado falar em justiça social, quando o que predomina é a competição desigual e os interesses individuais.

⁷⁴ MARTINE, George. “A Trajetória da Modernização Agrícola: a quem beneficia?”, p. 24.

⁷⁵ PAULO, Luis Fernando & ALVES, Francisco José da Costa. “Reforma Agrária e Capitalismo no Brasil Neste Final de Século: os Sem-Terra e os Sem-Sem.”, pp. 87-88.

⁷⁶ CUNHA, Marcus. Op. cit. p. 11.

Mesmo que a reforma agrária, seja o que o seu próprio nome diz, reforma, consideramos ser a partir dela que se possa germinar algo de maior valor e mudança para a estrutura do país. Sendo uma proposta, não só vinculada à terra, mas a dignidade e justiça. O que vai para além do campo e torna-se um projeto social, não se limita a preocupação com a terra, mas sim de estar construindo um novo modelo de organização da sociedade.

A partir de 1965, tem-se a instalação da política de crédito rural do governo e, esse vai ser um ponto que irá marcar os rumos da modernização do campo, pois para quem é destinado e para qual finalidade, é que delinearão o porquê, por exemplo, de depararmos em nossos estudos com crescente êxodo rural, aumento da concentração de terra e ampliação dos conflitos fundiários.

Dentro dessa perspectiva, é necessário compreender que a política de crédito rural institucionalizada a partir de 1965, foi fundamental para viabilizar a modernização das relações de produção no setor agropecuário. Ou melhor, a modernização era objeto prioritário desta política; cresceu vertiginosamente durante os anos 70, mas já a partir de finais desta década começa a entrar em crise.

No que se refere à distribuição do crédito rural Pinto, afirma que o número de estabelecimentos rurais beneficiados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural situou-se entre 1.000.000 e 1.200.000 até 1980. Tendo em vista que o número de estabelecimentos estaria em torno de 5.000.000, segundo dados do IBGE de 1975, podemos dizer que apenas 20% dos agricultores brasileiros tiveram acesso à política oficial de crédito rural⁷⁷.

O crédito rural muitas vezes corria o risco de não ser pago pelo produtor porém, pensando neste agravante o governo cria o PROAGRO

“O PROAGRO, na realidade, não se constitui num programa de seguro agrícola, mas de seguro de crédito rural, de conformidade com seu primeiro objetivo. Confirma-se assim a total dependência deste programa ao crédito rural; em outras palavras, só podem beneficiar-se do PROAGRO os produtores rurais alcançados pelo crédito institucional”⁷⁸.

⁷⁷ PINTO, Luís C. G. **Notas sobre Política de Crédito Rural**, p. 133.

⁷⁸ PINTO, Luís Carlos Guedes. **Notas sobre a Política de Crédito Rural**. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. 1980, p. 267.

“O Proagro, a ser administrado pelo Banco Central, destina-se a exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas a operações de crédito cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações”⁷⁹.

“O fazendeiro que tiver problemas a resolver nas áreas carentes de açudagem, irrigação, drenagem ou proteção e recuperação do solo poderá procurar a ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural) e expor a sua dificuldade. Os técnicos estudarão a viabilidade do projeto e para sua execução não falta dinheiro. Somente o Banco do Estado de Minas Gerais colocou recentemente a disposição do setor agropecuário uma vultuosa verba de 120 milhões de cruzeiros para custeio e investimento. Os créditos destinaram-se a atender as despesas normais de manutenção das atividades rurais e para investimento em infra-estrutura, destacando-se benfeitorias e instalações permanentes, desmatamento, destoca e implantação de lavouras permanentes, além de aquisição de máquinas e equipamentos, compra de reprodutores e de matrizes para a pecuária de leite e de corte e insumos em geral”⁸⁰.

Dessa forma, percebe-se que até na proteção ao contratempos da agricultura os privilegiados pelo crédito é que terão benefício, ficando mais restrito ainda a atividade agrícola e a permanência no mercado.

Em Minas, o crédito rural foi o motivador da modernização e capacitação dos cerrados, nesse sentido vultosas somas eram dirigidas para a região, em particular aonde se desenvolviam programas regionais, como o Polocentro,

“As aplicações do crédito rural em Minas tem possibilitado a implantação de agressivos programas de desenvolvimento do setor agropecuário, cujos resultados podem ser medidos pela última safra, quando a produção agrícola mineira bateu o recorde nacional de crescimento”⁸¹.

“O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados foi criado pelo decreto número 75370 de 29 de janeiro de 1976, visando incorporar ao processo produtivo da agropecuária nacional no período de 1975 a 1979, uma área de quase quatro milhões de hectares sendo cerca de dois milhões para culturas, mais de um milhão para pecuária e 700 mil para reflorestamento, através de incentivos fiscais. Recursos da ordem de 12 bilhões de Cruzeiros par ao triênio 1975/77 foram colocadas a disposição do POLOCENTRO para que seus objetivos fossem plenamente alcançados, sendo que 1,45 bilhões de incentivos governamentais 7203 bilhões para crédito rural e o restante para reflorestamento e 55 milhões para patrulhas mecanizadas... O Triângulo Mineiro orgulha-se de Ter implantado o maior projeto do POLOCENTRO no Brasil, no valor de Cr\$ 4.492.500,00 contratado e implantado pela Metalúrgica Rio Industrial, nos municípios de Monte Alegre de Minas e Tupaciguara, com reservas de 700 hectares para cultivo de arroz. A assistência técnica é da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural) – escritório Uberlândia”⁸².

O crédito rural sendo a baixos custos atraía grande número de proprietários, porém as maiores somas ficava para os investimentos em produção de exportação, compra de insumos modernos, estimulando assim a economia exportadora e a atividade agroindustrial. Os investimentos também ocasionaram, maior valorização do preço da terra

⁷⁹ “O PROAGRO”. TDM. 13/11/73, p. 08.

⁸⁰ “A política dos pequenos produtores”. TDM. 19/06/75, p. 06.

e controle sobre os preços dos produtos, visto exemplo dos cerrados e da produção de gêneros alimentícios. O crédito foi considerado barato e compensatório visto que se fornecia grande somas de dinheiro a juros baixos, mas justamente por estas características passou muitas vezes a ser utilizado em setores não-agrícolas, ou seja, possibilitou uma transferência dos recursos destinados ao campo para outros fins⁸³.

E, nesse sentido, a política creditícia começa a tornar-se vulnerável e sinal de prejuízo para o governo pois desequilibrou a política monetária além de fortalecer e agravar as diferenças no campo e afastar ainda mais as chances da realização da reforma agrária.

Um outro aspecto que caracteriza o privilegiamento creditício, refere-se a concessão de crédito para compra primordialmente de máquinas, tratores, fertilizantes. São privilegiados também alguns produtos, notadamente, os que se encontram voltados para a exportação ou que substituem importações. Já para os produtos que abastecem o mercado interno evidencia-se uma margem de participação no crédito muito inferior à dos outros tipos de produtos citados. As regiões também sofreram esse tipo de discriminação: o norte e o nordeste foram os mais prejudicados em termos de percentual de participação no crédito rural. As regiões sul e sudeste foram as mais privilegiadas e o centro-oeste conseguiu obter uma percentual regular.

Mediante essa discussão, entendemos o Estado como o promovedor, o orientador e controlador dos caminhos e interesses que percorrem a modernização do setor rural, pois ele a planeja, direciona e realiza conforme melhor lhe convier. Cabendo então, a nós, refletir sua ação e questionar o nosso espaço e direitos de intervir nessas políticas.

⁸¹ "Aplicações do crédito rural têm permitido o desenvolvimento da agropecuária em Minas". CDU, 10/01/73, p. 01.

⁸² "Polocentro uma realidade em Minas". CDU. 23/01/76, p. 02

⁸³ SORJ, Bernardo. Op. cit., p. 89.

1.2 - A Reforma Agrária e seus desencontros com a política do Estado

Dentre outros pontos, pretendemos observar o descaso da política governamental quando se trata, por exemplo, da realização da reforma agrária. O Estado menciona que é alto o custo para a execução de assentamentos e tem o apoio dos grandes produtores rurais.

Porém, observando estudos e estimativas a respeito⁸³, percebe-se que, na verdade, investir em atividades das indústrias dos setores de ponta, por exemplo, também tem um custo alto e, em comparação aos assentamentos, gera menos postos de trabalho. Ou seja, além dos assentamentos propiciarem maior número de empregos não excluem trabalhadores, pois não exigem a qualificação que a indústria de ponta necessita, acabando por privar os trabalhadores rurais, que são expropriados do campo, do mercado de trabalho urbano-industrial.

Com o êxodo rural promove-se um desenraizamento, a perda da identidade do homem do campo que se vê inserido num meio social no qual não faz parte, expulso do campo e desprovido de se identificar no meio urbano, ele vai circular pelos dois meios (urbano e rural) buscando sobreviver à chegada do “progresso”⁸⁴.

Segundo Alves e Paulilo essa comparação serve não para criticar a instalação de unidades industriais dos setores de ponta, mas para enfatizar a necessidade de se realizar também a reforma agrária, pois a estabilidade do país só vai se consolidar quando as desigualdades que o permeiam forem contidas⁸⁵.

Dessa forma, fica descaracterizada a falta de dinheiro do Estado para a realização da Reforma Agrária, valendo acrescentar que, nos projetos de assentamento, não há

⁸³ PAULILO, Luiz Fernando & ALVES, Francisco José da Costa. Op. cit., pp. 87-99.

⁸⁴ Cf. maiores detalhes sobre a expropriação do trabalhador rural e sua inserção no meio urbano em ZAN, José Roberto. "Posseiros em Luta pela Terra: uma prática anti-capitalista?". In: **História & Perspectivas**. Op. cit., 2(2): 102, onde destaca a penetração do capital no campo e na forma de vida do trabalhador rural.

emprego de dinheiro a fundo perdido, isto é, nenhum investimento na implementação da reforma agrária é em vão, pois esta gera recursos e benefícios a todos os envolvidos, inclusive ao Estado, pois diminui as desigualdades sociais e gera produtos para o mercado interno. E mesmo que não dê diretamente todo o retorno do investimento ao Estado esse estará presente na estabilidade social e nas novas oportunidades de vida que estarão sendo geradas.

Então ficamos com a pergunta: por que a não realização da reforma agrária? Acreditamos que muitos envolvidos na problemática da terra achariam milhares de justificativas porém, o que temos de concreto é que enquanto não se redistribuir a terra e ter uma política agrícola preocupada com os problemas no campo e consequentemente na cidade os conflitos e desequilíbrio social não cessará, pelo contrário, desde finais da década de 70 o movimento contra o “sucateamento social” se intensifica tornando a redistribuição fundiária uma questão nacional a qual buscamos neste trabalho resgatar e dar o seu devido valor.

1.3 - Os Reflexos da Modernização do Campo na Região: um olhar sobre o Triângulo Mineiro

É durante o século XVII que se tem a formação do Triângulo Mineiro, muito mais como uma passagem de expedições e viajantes aventureiros do que uma área de ocupação. Somente a partir do século XIX com a concessão de terras é que vão se formar as primeiras vilas.

Uma região de desenvolvimento agrário tanto de agricultura de subsistência quanto de criação de gado, estes seriam os rumos da região triangulina. A ocupação foi firmada,

⁸⁵ PAULILO, Luiz Fernando & ALVES, Francisco José da Costa. Op. cit., pp. 95; 97.

como na maioria do país, em grandes propriedades de terra. A pecuária vai ser o destaque do Triângulo Mineiro ao lado de alguns produtos básicos à alimentação.

É interessante ver como o comércio de trocas se estabelece entre a região e Goiás, iniciando uma das primeiras rotas comerciais que se forma nos cerrados. E, é em meio a concentração de terras, o mercado restrito e a rede de transporte e de comunicação precárias, que o Triângulo Mineiro vai se encontrar no século XIX, mas ao se inserir como uma rota importante para a circulação de mercadorias (entre sul e norte) vai ampliando-se porém, com dificuldades em expandir sua atividade econômica.

Mas foi a partir da ascensão de São Paulo que a região encontrou estímulo para se desenvolver, muito mais ligada a este do que ao restante de Minas Gerais, o Triângulo Mineiro se insere no crescimento paulista. Situando-se em um ponto privilegiado entre os centros urbanos de comercialização de São Paulo e Goiás, a região tornou-se um entreposto comercial ligando o norte do Brasil a São Paulo, ingressando desde então no projeto modernizador da agricultura de meados do século XX.

A partir do início do século XX um novo ritmo é desencadeado na região, o processo de urbanização se intensifica, a população das cidades aumenta e, confirmando as raízes do nosso povo como já mencionado, a elite agrária latifundiária começa, desde 1950, a ser hegemônica perante o restante da região e, além disso, controla os caminhos e investimentos da modernização da agricultura que se estabelece no Triângulo a partir dos anos 60. Onde podemos salientar que a tecnologia vem como um complemento para aprimorar a produção regional e inseri-la no mercado nacional e internacional.⁸⁷

As estradas serão as grandes aliadas para que o Triângulo Mineiro vislumbre se inserir no contexto desenvolvimentista e, à medida que essa intenção se efetiva, algumas

⁸⁷ Cf. reportagem “Várzeas Irrigadas, Lucros Garantidos”, CDU, 23/08/78, p. 08 onde mostra a inserção de financiamentos estrangeiros para o desenvolvimento dos cerrados.

cidades vão se especializando em setores da agropecuária, tornando a região triangulina cada vez mais relevante na política agrícola nacional dos anos 60/70.

Uberlândia vai se destacar como um “pólo de redistribuição de mercadorias” pois conta com vários armazéns e também devido à sua localização e estradas que dispõe, as quais interligam-se a outros centros comerciais⁸⁸.

Podemos ressaltar, por exemplo, a grande influência de representantes da região que fazem parte do meio político como o ex-governador Rondon Pacheco, dentre outros, que vão favorecer investimentos e programas voltados para a agropecuária e industrialização do Triângulo Mineiro, conseqüentemente valorizando os cerrados e beneficiando as agroindústrias e os grandes latifúndios da região⁸⁹.

A partir disso, constatamos que os grandes nomes da política da região, são ex-presidentes do sindicato rural como também grandes proprietários de terra o que nos leva a pensar que os numerosos investimentos do projeto modernizador em Minas Gerais não são por acaso, pois além de valorizar o cerrado e dar condição de produção e de maior produtividade, vários interesses agem por traz como o dos latifundiários políticos mineiros que incentivaram e intercederam pelo Triângulo Mineiro.

Posto isso, percebemos que à medida que aumenta a integração da região com São Paulo e demais mercados importantes, mais torna-a dependente e instável pois não é autosustentável e caminha conforme as economias interestaduais vão se estruturando⁹⁰.

Os cerrados constituíram-se, durante a modernização do campo, como sendo um grande investimento para os latifundiários (terras a baixo custo) que obtiveram meios e

⁸⁸ Cf. maiores detalhes sobre a modernização do Triângulo Mineiro em ALMEIDA FILHO, Niemeyer (coord.). **O Processo de Industrialização da Agricultura e a Dinâmica Recente da Agroindústria no Triângulo Mineiro - 1960/1980**. Uberlândia: UFU/Departamento de Economia, 1988.

⁸⁹ Nessa perspectiva conferir reportagem, “Minas Gerais com 219 milhões de cruzeiros em 1978”, **CDU**, 17-18/06/78, p. 04; e também MICHELOTO, Antônio Ricardo. “Movimentos Sociais de Trabalhadores do campo no Triângulo Mineiro”. In: **História & Perspectivas**, 2(2): 63-65, jan./jun. 1990.

⁹⁰ Sobre a dependência do mercado triangulino do capital e a razão especulativa da promoção da modernização dos cerrados conferir SORJ, Bernardo. Op. cit., p. 93 e MICHELOTO, Antônio Ricardo. Op. cit., p. 68.

financiamentos para desenvolver e ampliar a produção nessa região⁸⁸. Isso fica bem claro em reportagem do jornal

“Nossos cerrados até então ociosos, hoje produzem praticamente de tudo, com destaque especial para a soja, arroz, trigo e café, além das pastagens formadas em pleno cerrado como solução para a pecuária. Tudo isso graças a moderna tecnologia agrícola empregada”⁸⁹.

Vários programas com apoio governamental foram promovidos porém, cabe a nós hoje, avaliarmos até que ponto o desenvolvimento dos cerrados propiciaram o crescimento e oportunidade a todos que nele vivem pois ainda hoje os latifundiários persistem em controlar a região e os notáveis políticos que regem o poder por aqui ainda são os grandes proprietários de terra. Poucas são as reações e organizações que se tem notícia em Minas Gerais durante o período modernizador (poucas assembléias de trabalhadores rurais, criação de sindicato de trabalhadores rurais na região – Prata, Araguari), mas sabemos que as pequenas associações, sindicatos, ou lutas que existiram trazem em si mesmas o peso da exclusão e do coronelismo que predominou e predomina no Triângulo Mineiro até o atual momento

1.4. - Os Problemas da Modernização Desigual

Diante de todas as discussões já apresentadas vale ressaltar também a de Maria Conceição D’Incao e Mello, onde mostra que a exclusão de grande parte da população rural, que antes participava do processo de produção, provoca e impulsiona a mesma a seguir para as cidades, em busca de um futuro melhor ou mesmo procurar uma forma de sobreviver. Na realidade, não vai conseguir se introduzir no mercado de trabalho urbano

⁸⁸ Conferir a matéria do jornal, “Polocentro uma realidade em Minas”. CDU. 23/01/76, p. 02

⁸⁹ “Conta Gotas – Polocentro”. CDU, 1-2/07/78, p. 02.

tornando-se um trabalhador temporário que circulava entre o meio rural e o urbano buscando garantir a sua sobrevivência.⁹³

“ora a máquina, ora o trabalhador assalariado, disfarçado ou não na figura do arrendatário e do parceiro, o ‘bóia-fria’ aparece sempre como a solução menos onerosa para o empresário rural e, conseqüentemente, como uma variável bastante representativa no processo de acumulação de capital”⁹⁴.

E, partindo desse pressuposto, percebemos que o trabalhador temporário, como Gonçalves Neto nos diz, surge:

“da afirmação do capitalismo no campo, tendo sua presença acelerada por meio da mecanização da agricultura, permitida pelo processo de acumulação, aumentando a produtividade e diminuindo a necessidade de mão-de-obra, o bóia-fria torna-se um novo agente no cenário econômico rural. Acrescente-se que sua utilização é mais barata ao proprietário que a manutenção de parceiros ou arrendatários, em razão de dispensar os investimentos em instalações e a sujeição à legislação trabalhista, que chegara ao campo no início dos anos 60. Neste período, difunde-se ora o salariado ora a maquinaria no campo, mas não em todas as tarefas rurais. Operações de colheita ou renovação de pastos, por exemplo, em virtude do alto investimento necessário para a aquisição de máquinas e da abundância e baixo custo da mão-de-obra volante, levam a que o empresário rural opte, racionalmente, pela utilização do bóia-fria, que lhe garante lucratividade mais elevada”⁹⁵.

Durante o nosso estudo observamos que houve grande crescimento no êxodo rural e na formação dessa mão-de-obra temporária a partir da década de 1970 e, com mais vigor, nos seus últimos cinco anos, como podemos ver, nos jornais de 1977 utilizados na pesquisa. Há grande destaque por parte dos mesmos à questão da atração que a cidade exerce sobre os trabalhadores rurais e a desilusão quando estão no meio urbano:

“a industrialização da cidade foi o primeiro fator responsável pela gênese do bóia-fria. Atraído pela miragem da grande cidade, ele abandonou o campo, na esperança de melhores dias, mas não encontrou o El Dorado que esperava. Rejeitado pela indústria mais sofisticada e que lhe podia pagar melhor salário procurou acomodar-se de qualquer jeito na periferia das cidades e dos centros metropolitanos ... vive nos bairros pobres sem abandonar inteiramente a vida no campo”⁹⁶.

⁹³ MELLO, Maria Conceição D’Incao e. **O Bóia-Fria: acumulação e miséria**, p. 15.

⁹⁴ MELLO, Maria Conceição D’Incao e. Op. cit. p. 125 apud GONÇALVES NETO, Wenceslau. Op. cit., p. 98.

⁹⁵ GONÇALVES NETO, Wenceslau. Op. cit., p. 98.

⁹⁶ VASCONCELOS, Edgard de. “O Bóia-Fria”. CDU. 26/08/77, p. 04.

Vale lembrar que não era por mera atração que a população do campo ia para a cidade mas sim vários fatores podem ser destacados como agravantes desta situação. A própria modernização do setor rural irá fortalecer e promover a expulsão do campo⁹⁷:

1. como o aumento da diferença no tempo de trabalho provocando assim ciclos de produção e ciclos de geração de trabalho;
2. a especialização da produção e das regiões beneficiadas pela modernização o que dificulta a existência de trabalhos alternados já que não há diversificação da produção;
3. a concentração fundiária e valorização das terras, que garantem nas mãos dos grandes proprietários os maiores benefícios da modernização e propiciam maior expulsão do agricultor de subsistência para se privilegiar as transações comerciais e os produtos de exportação;
4. a legislação trabalhista rural que não protege o bóia-fria;
5. o crédito rural, que vai beneficiar na sua maioria os grandes proprietários e,
6. a omissão do Estado frente ao problema do bóia-fria. São esses alguns dos pontos que se pode ter como propiciadores de um maior desequilíbrio no campo e que até o momento se encontram mal resolvidos.

“a impossibilidade de manter a terra enquanto meio de trabalho, de cultivá-la em sua qualidade de produtores diretos de mercadorias, apontam para a dominação e a subordinação de sua produção à força do capital.

Dessa forma, a instabilidade da pequena produção, através do processo de subordinação direta ao capital, significa a sua manutenção e recriação em bases piores. Leva à redução da qualidade de vida dos pequenos produtores. É essa pauperização que acompanha a implantação do modelo econômico de modernização da agricultura, cujos determinantes centrais são a presença do capital no interior do processo produtivo agrícola e a transformação da terra em mercadoria de alto valor.

para a pequena produção não existem mecanismos eficazes de proteção”⁹⁸.

A análise de Dalchiavon sobre o êxodo rural mostra-nos que

“A migração das populações rurais para aglomerados urbanos é um processo natural e constante em todas as sociedades e civilizações. No entanto, no caso brasileiro, é espantosa a velocidade e o volume de pessoas que tiveram que migrar de suas comunidades rurais de origem, sendo expulsas do

⁹⁷ Essa discussão fica bem clara nas reportagens, “Reforma Agrária”. CDU. 16/02/67, p. 08; “Agrônomo explica o êxodo”. CDU. 31/07/71, p. 04; “Esvaziamento dos Campos”. CDU. 19/05/72, p. 07; “Reforma Agrária em Minas Gerais”. CDU. 18/02/75, p. 06; “Problemas Migratórios”. TDM. 19/06/75, p. 06.

⁹⁸ Departamento de Economia Rural, UNESP, Botucatu. “As Relações de Produção na Agropecuária Brasileira e a Mobilidade do Trabalhador Rural - Conclusões e Sugestões”, p. 43.

campo e tendo que buscar as cidades como única possibilidade de sobrevivência. Segundo estatísticas oficiais, no período de 1970-1990, cerca de 30 milhões de pessoas migraram para as cidades. E isto está trazendo enormes problemas sociais e econômicos para as pessoas que migraram e para as cidades que as recebem”⁹⁹.

Os bóias-frias ao migrarem para a cidade não resolvem as dificuldades e problemas que fizeram com que partissem do campo,

“sendo (...) obrigados a viver em processo de flutuação episódica, entre o campo e a cidade (...) um homem de dois mundos, isto é, do mundo rural e do mundo urbano, porque uma parte do ano ele passa na cidade, vivendo de BISCATEIO, do trabalho incerto das atividades ocasionais que se ajustam à sua desqualificação profissional e, na outra parte, ele retorna ao campo ...”¹⁰⁰

“os problemas do êxodo rural e do bóia-fria são a expressão da mobilidade social imprópria típica de estruturas agrária arcaicas e latifundiárias. Não tendo condições de galgar outros degraus da concentração social, o camponês é forçado a se deslocar de um lugar para outro à procura de trabalho. A distribuição defeituosa da propriedade (...) impede a formação de uma classe média rural”¹⁰¹

Durante os nossos estudos, esse assunto é de grande ressonância, porém as soluções apresentadas são muitas vezes de cunho conservador, garantindo a permanência dos grandes latifúndios e não propondo a mudança na estrutura fundiária, colonizando novas áreas e procurando desfocar dos conflitos gerados pela conservação da estrutura agrária desigual e marginalizadora. Como se pode ver na reportagem do *Tribuna de Minas*:

“O senador Leite Chaves (...) político paranaense (...) propôs um plano (...) loteação de terras na Rondônia, Mato Grosso e oeste do Brasil (...) Assim estaria colonizando aquela região desabitada e dando aos ‘bóias-frias’ e demais pessoas que vivem em regime de subemprego a condição de trabalharem em uma terra sua”¹⁰².

É, portanto, dentro desse contexto que podemos compreender o ressurgimento da proposta de reforma agrária, contida durante a maior parte do governo militar pois, “... ao mesmo tempo em que aprofundou a capitalização do campo e passou a orientar a dinâmica do setor acarretou também um conjunto de contradições agravamento das precárias condições de vida da maioria da população rural”¹⁰³. No ano de 1977, os jornais

⁹⁹ DALCHIAVON, Francisco. “Problemas Agrários e a Proposta do MST de Reforma Agrária”, pp. 110-111.

¹⁰⁰ VASCONCELOS, Edgard de. “O Bóia-Fria”. *CDU*. 26/08/77, p. 04.

¹⁰¹ “Êxodo Rural”. *TDM*, 09/12/77, p.06.

¹⁰² “Bóias-Frias Têm Solução”. *TDM*, 19/01/77, p. 01.

¹⁰³ “Desenvolvimento da Agricultura Brasileira”. *TDM*, 30/09/78, p. 01.

pesquisados apresentam algumas matérias que falam abertamente da necessidade de se realizar a reforma agrária para dar impulso à resolução dos problemas no campo:

“Os conflitos de terra no Brasil estão crescendo assustadoramente, prossegue José Gomes da Silva (Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária), tendo em vista o alargamento nos últimos tempos da chamada ‘faixa de desespero’, com a inclusão no mesmo processo espoliativo, do posseiro, do pequeno proprietário e do índio, além de novos personagens criados pelo ciclo da pobreza rural: o ‘bóia-fria’ e, mais recentemente, o ‘queima-lata’. Os pequenos e médios imóveis produzem o grosso de nossas colheitas, exibem melhores rendimentos físicos e até na pecuária apresentam um maior valor do rebanho por área de pastagem, ressaltou o depoente, ao defender a divisão para um aproveitamento racional das glebas”¹⁰⁴.

As matérias dos jornais destacam a emergência dos conflitos de terra, questionando as razões dos mesmos e retomando a questão da necessidade de reforma agrária, mas esta é vista pelos mesmos como um projeto a ser implementado em áreas desabitadas¹⁰⁵. Isto é, dá-se a conotação de reforma agrária, mas na verdade não é ela que se realiza.

Todavia, percebemos que muitos estudos, dentre o de Cunha¹⁰⁶, vê nessa exploração do trabalhador rural, em todos os âmbitos, uma forma dos trabalhadores através da experiência e vivência dos males das desigualdades sócio-econômicas e da modernização do campo, passarem a se preocupar e a se organizarem na luta a favor da reforma agrária, dos direitos trabalhistas e muitas outras conquistas.

Em reportagem sobre o II Simpósio Sindical, podemos perceber essa preocupação, pois “abordou principalmente temas que dizem respeito mais diretamente aos trabalhadores rurais, enfatizando a necessidade de sua participação nos movimentos sindicais”¹⁰⁷.

As transformações no campo, gerando instabilidade, provocam um forte impacto social, que

“levou ao surgimento dos mais diversos tipos de conflitos no campo, além de agravar a questão da moradia, do emprego, da miséria e da violência nas cidades. Esta situação traz à cena novos atores para participar no debate, como os sindicatos dos trabalhadores rurais, os partidos políticos, que

¹⁰⁴ “Problemática da Reforma Agrária”. TDM, 10/08/77, p. 04.

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ CUNHA, Marcus. Op. cit., pp. 6-13.

¹⁰⁷ “Teses serão examinadas pelo presidente Geisel”. CDU, 16-17/04/77, p. 04.

passam a colocar a questão agrária como parte de seus programas, a imprensa, etc., merecendo especial relevo a atuação da Igreja Católica”¹⁰⁸.

Os movimentos em defesa da reforma agrária e mudanças no campo adquirem maior expressão em finais dos anos 70 e durante os anos 80, mostrando que o processo de modernização da agricultura iniciado em 1964 trouxe em grande parte desencontros entre a população do campo e os benefícios da inserção de capital no meio rural. Pois, não se pode negar os pontos positivos que a política modernizadora trouxe no âmbito da pesquisa, insumos, implementos dentre outros.

Todavia cria-se um desequilíbrio insustentável nos finais dos anos 70 onde, como pode-se ver na análise a seguir, o privilegiamento desigual se sustenta no projeto modernizador e desestrutura e impossibilita a manutenção do homem do campo mais simples e desprovido de grandes recursos:

“Em termos relativos, seria preciso juntar mais de 700 das pequenas propriedades colocadas entre os ‘50-’ para formar apenas uma das ‘1+’. Se recordarmos que a terra é uma expressão não apenas do poder econômico, mas também do poder político no Brasil, teremos aí uma indicação da relação de poder entre o grande e o pequeno proprietário no nosso País em 1978”¹⁰⁹.

Os questionamentos sobre os resultados da modernização do campo podem ser vistos e analisados para além de gráficos, estatísticas, censos, pois está no cotidiano dos anos 60, 70, 80, 90 e no germinar do século XXI, os reflexos e a crise que advém da modernização desigual e “dolorosa” que perpassou nossa agricultura.

¹⁰⁸ GONÇALVES NETO, Wenceslau. Op. cit., p. 109.

¹⁰⁹ SILVA, José G. da. “A Reconcentração Fundiária”. Op. Cit., p. 169.

2 - Considerações Finais

Ao discutirmos a questão da estrutura agrária brasileira visamos compreender a sua dinâmica de desenvolvimento e os problemas a ela relacionados, podendo a partir deste ponto aprofundar a nossa abordagem na temática da terra e às questões ligadas à mesma.

Pretendemos com esse trabalho, estar questionando o processo modernizador ocorrido nos anos 60/70 e avaliar se realmente o projeto conseguiu abranger o país e promover uma melhor distribuição da terra, dar maiores oportunidades aos produtores para terem acesso e se equipararem à tecnologia agrícola internacional e, principalmente, discutir as conseqüências desta proposta modernizadora a curto e longo prazo, vindo a partir daí as discussões e problemáticas que emergiram e se firmaram no seio da sociedade.

“Não há dúvida de que o aumento da produção e da produtividade na agricultura é uma condição *sine qua non* do desenvolvimento e da melhoria das condições de vida da população. Sem aumento de produção não há o que distribuir. Entretanto, o aumento da produção não é condição suficiente para o bem-estar geral, pois nada garante que os benefícios do crescimento serão redistribuídos entre todos os setores da sociedade. O que determina o padrão de crescimento econômico, e a repartição dos seus benefícios, é o estilo de desenvolvimento de uma sociedade, que, por sua vez, é cunhado no confronto e na negociação entre interesses distintos, provenientes de diferentes setores da sociedade”¹¹⁰.

E, ao lado de todas as abordagens e análises apresentadas procuramos neste estudo perceber como a introdução de insumos modernos no campo, a constituição do complexo agroindustrial e o crédito farto e barato concedido pelo Estado, não solucionaram os problemas do setor rural, pois manteve-se uma estrutura agrária arcaica, pautada na concentração de terras nas “mãos” de poucos proprietários.

“O modelo de modernização conservadora conseguiu transformar o aparato produtivo e alcançar expressivos níveis de crescimento do produto, mas manteve elevados níveis de pobreza absoluta, fazendo com que grande parte da população continuasse a se reproduzir em condições miseráveis, acentuando uma das distribuições de renda mais concentradas do mundo”¹¹¹.

¹¹⁰ VEIGA, José Eli da. “Fundamentos do Agro-Reformismo”, p. 32.

¹¹¹ Ibidem. p. 33.

A utilização dos jornais e das fontes de apoio propiciaram-nos traçar os pontos essenciais e sustentadores de nossa argumentação e levam-nos a questionar o porquê de se insistir num projeto que deu errado para a maioria da população sendo que é esta, é claro, quem deve ser ouvida, atendida e respeitada. Num pronúncia de Delfim Neto em 1979, como ministro da agricultura, se vê que o direcionamento da agricultura como subsídio à industrialização e crescimento econômico apenas, não resolve questões elementares do agro, como a produção de gêneros alimentícios, o que nos atenta a perceber que o projeto de inserção do capital no setor rural ocorreu de cima pra baixo, não observando os fatores que influenciariam no caminhar do projeto, o êxodo rural, os conflitos de terra e nem mesmo os sem-terra estavam na política agrícola, assim consideramos que perceber o agro é notar suas deficiências e contradições e não simplesmente promover políticas para alguns.

“O Ministro da Agricultura, Delfim Neto, disse durante o Seminário do Álcool que a agricultura sempre possibilitou recursos para a industrialização do país, mas está provado que ‘não é possível comer parafusos’. A agricultura tem que produzir mais alimentos com o consumo mínimo de energia. Por isso, ela deve ser orientada para tecnologias já abandonadas, como o trator a gasogênio e a maior utilização do homem não deve ser substituído por HPs nem ser expulso do campo, com vem acontecendo”

(...)

Delfim frisou que a agricultura deve liberar capital para a indústria. Ela sempre pagou a industrialização do país possibilitando que do couro se fizesse a correia. ‘Mas já não há couro para fazer a correia’”.¹¹²

E, dentro dessa perspectiva, ficaram para trás muitos pontos e questões que necessitavam serem observadas e refletidas, porém mesmo que neste momento tenham ficado marginalizadas, temos consciência de que o trabalho do historiador é uma construção que cada dia ganha novo olhar, novas perspectivas, por isso encerramos por ora nossa discussão esperando que em um momento futuro a renovação e maturidade de estudos contribua para uma reavaliação e análise do trabalho que aqui nos propusemos a desenvolver.

¹¹² “Delfim Neto quer voltar ao passado na Técnica Agrícola”. CDU. 21-22/07/79, p. 05.

Consideramos importante sairmos deste trabalho com algumas preocupações como: o papel das várias organizações rurais que emergem, o avanço dos programas regionais, agroindústrias e investimentos internacionais e, principalmente, a formação do movimento dos sem-terra e a significação da luta pela reforma agrária nos dias atuais.

- ALVAREZ, Antonio de S. e ALVAREZ, Paulo P. C. de. "Financiamento da Agricultura no Brasil: da Crise ao Crédito Parado à Perspectiva de um Novo Modelo". In: TEIXEIRA, Ely Cardoso de VIEIRA, Wilson da Cruz (ed.). *Reforma da Política Agrícola e Alternativa Econômica*. Viçosa: UFV, 1996. p. 161-181.
- BAIARDI, Amílcar. "A Penetração do Capitalismo na Agricultura e a Reforma Agrária". In: Boletim de ABRA. *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, 12(1): 3-13, jan./fev. 1982.
- CAMPANILE, Adriano e CAMPANILE, Hilton L. *Legislação Agrária*. São Paulo: Ades, 1980.
- CAPILATO, Sérgio Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ed. USP, 1980.
- CUNHA, Nelson. "A Reforma Agrária". In: Boletim de ABRA. *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, 1982: 6-13, jul./ago. 1981.
- DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL, UNESP, Botucatu. "As Relações de Trabalho na Agricultura Brasileira e a Mobilidade do Trabalhador Rural - Camponês e Sem-terra". In: Boletim de ABRA. *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, 1982: 42-56, out./nov. 1981.
- DANTAS-VIM, Frederica. "Reformas Agrárias e a Proposta do MST de Reforma Agrária". In: TEIXEIRA, Ely Cardoso de VIEIRA, Wilson da Cruz (ed.). *Reforma da Política Agrícola e Alternativa Econômica*. Viçosa: UFV, 1996. p. 113-120.
- DE S. OLSCHANSKY, L. de S. e L. S. e OLSEN, Manoel C. de. *A Colonização Agrária no Brasil: origens e impactos no processo agrícola*. São Paulo: IUPERJ, 1986.
- FRANCO, Maria Carolina. "O Capitalismo dos Assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária". In: *Revista ABRA*. São Paulo: Maria Zera/Codeo, n. 23, maio 1991, p. 75-88.
- FURTADO, José A. "Reforma Agrária: história e atual importância de investigação". In: *PRATICA AGROPECUÁRIA*. Viçosa: UFV, 1986. p. 1-10.
- FRANCO, Maria Carolina. *Reforma Agrária e o movimento dos sem-terra*. São Paulo: IUPERJ, 1986.
- GONÇALVES, Paulo Roberto. "Reforma Agrária e o movimento dos sem-terra". In: *Revista ABRA*. São Paulo: Maria Zera/Codeo, n. 23, maio 1991, p. 89-91.

Bibliografia

- ALMEIDA, Alivínio de & ARAÚJO, Paulo F. C. de. "Financiamento da Agricultura no Brasil: da Crise do Crédito Barato à Perspectiva de um Novo Modelo. In: TEIXEIRA, Erly Cardoso & VIEIRA, Wilson da Cruz (ed.). *Reforma da Política Agrícola e Abertura Econômica*. Viçosa: UFV, 1996, p. 161-181.
- BAIARDI, Amílcar. "A Penetração do Capitalismo na Agricultura e a Reforma Agrária". In: Boletim da ABRA. *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, 12(1): 3-13, jan./fev. 1982.
- CAMPANHOLE, Adriano & CAMPANHOLE, Hilton L.. *Legislação Agrária*. São Paulo: Atlas, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2ª ed.. São Paulo: Ed. USP, 1988.
- CUNHA, Marcus. "A Reforma Agrária". In: Boletim da ABRA. *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, 11(4): 6-13, jul./ago. 1981.
- DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL, UNESP, Botucatu. "As Relações de Produção na Agropecuária Brasileira e a Mobilidade do Trabalhador Rural - Conclusões e Sugestões". In: Boletim da ABRA. *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, 11(2): 42-56, mar./abr. 1981.
- DALCHIAVON, Francisco. "Problemas Agrários e a Proposta do MST de Reforma Agrária". In: TEIXEIRA, Erly Cardoso & VIEIRA, Wilson da Cruz (eds). *Reforma da Política Agrícola e Abertura Econômica*. Viçosa: UFV, 1996, p. 113-120.
- DIAS, Guilherme L. da Silva & CASTRO, Manoel C. de. *A Colonização Oficial no Brasil: erros e acertos na fronteira agrícola*. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- D'INCAO, Maria Conceição. "A Experiência dos Assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária". In: *LUA NOVA*. São Paulo: Marco Zero/Cedec, nº 23, março 1991, p. 83-106.
- FENELON, Déa R. "Trabalho, Cultura e História social: perspectivas de investigação". In: *PROJETO HISTÓRIA, Programa de Estudos Pós-Graduados em História*. São Paulo: PUC, 1984.
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. "Questão da Terra e Modernização da Agricultura". In: *HISTÓRIA & PERSPECTIVAS*. Uberlândia: UFU, n.º 10, jan./jun. 1994, p. 81-107.

- _____. *Estado e Agricultura no Brasil: Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira, 1960-1980*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 4ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HOBBSBAWM, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- MARTINE, George. "A Trajetória da Modernização Agrícola: a quem beneficia?". In: *LUA NOVA*. São Paulo: Marco Zero/Cedec, nº 23, março 1991, p. 07-38.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____. *Os Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo e Seu Lugar no Processo Político*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *Expropriação e Violência: A Questão Política no Campo*. 2ª ed.. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- MELLO, Maria C. D'Incao e. *O Bóia-Fria: acumulação e miséria*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
- MELO, José Marques de. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.
- MENDONÇA, Sônia Regina. "Estado e Economia no Pós-64". In: *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- MICHELOTO, Antônio Ricardo. "Movimentos Sociais de Trabalhadores do campo no Triângulo Mineiro". In: *História & Perspectivas*, 2(2): 61-83, jan./jun. 1990.
- OLIVEIRA, Antônio Carlos. "O Partido dos Trabalhadores Frente à Questão Agrária". In: *Boletim da ABRA. Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, 11(4): 2-5, jul./ago. 1981.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia*. Campinas/SP: Papirus, 1994.
- PAULILO, Luiz Fernando & ALVES, Francisco J. da Costa. "Reforma Agrária e Capitalismo no Brasil Neste Final de Século: os Sem-Terra e os Sem-Sem". In: TEIXEIRA, Erly Cardoso & VIEIRA, Wilson da Cruz (editores). *Reforma da Política Agrícola e Abertura Econômica*. Viçosa: UFV, 1996, p. 87-99.
- PINTO, Luís Carlos Guedes. "Reforma Agrária no Brasil: Esboço de um Balanço". In: TEIXEIRA, Erly Cardoso & VIEIRA, Wilson da Cruz (editores). *Reforma da Política Agrícola e Abertura Econômica*. Viçosa: UFV, 1996, p. 51-84.
- _____. *Notas sobre Política de Crédito Rural*. Campinas/SP, 1980 (versão preliminar para discussão).

SANTOS, José Vicente T. dos. "Efeitos Sociais da Modernização da Agricultura". In: *HISTÓRIA & PERSPECTIVAS*, Uberlândia: UFU, n.º 10, jan.jun. 1994, p. 45-57.

_____. "As Novas Terras como Forma de Dominação". In: *LUA NOVA*. São Paulo: Marco Zero/Cedec, n.º 23, março 1991, p. 67-82.

SILVA, José Graziano da. *A Modernização Dolorosa - Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1996.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 4ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria Hermínia T. (org.). "De Castello a Figueiredo: uma Incursão na Pré-História da 'Abertura'". In: *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

STEDILLE, João Pedro & FERNANDES, Bernardo M. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STEPAN, Alfred. *Os Militares: Da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Tomo II, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VEIGA, José E. da. "Fundamentos do Agro-Reformismo". In: *LUA NOVA*. São Paulo: Marco Zero/Cedec, n.º 23, março 1991, p. 39-66.

YOKOTA, Paulo. *Questão Fundiária Brasileira*. Brasília: Incra, 1981.